

JORNAL DO SINPEEM

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

FILIADO À CNTE, CUT E DIEESE - DEZEMBRO DE 2009 - ANO 13 - Nº 110

20º CONGRESSO DE EDUCAÇÃO DO SINPEEM: SUCESSO INCONTESTÁVEL



“Mudanças na Educação: o tradicional e o novo”. Com este tema, mais de quatro mil delegados assistiram a 29 palestras sobre os mais variados temas, ministradas por especialistas altamente capacitados. Também prestigiaram a 7ª Mostra de Arte e Cultura (MAC), assistiram aos shows de música e de dança e participaram das plenárias que discutiram as propostas apresentadas no texto referência e nas emendas dos profissionais de educação. **Páginas 6 a 19.**

**CONCURSO: ABERTAS
AS INSCRIÇÕES PARA O
CURSO PREPARATÓRIO
DO SINPEEM**

O SINPEEM deseja aos seus associados,
parceiros e amigos um Feliz Natal
e um ano-novo de muitas realizações!

A DIRETORIA
CLAUDIO FONSECA
Presidente



SINPEEM
SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM
EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL-SP

EDITORIAL

Ensino fundamental de nove anos obrigatório

A partir de 2010, o ensino fundamental de nove anos, com iniciação aos seis anos de idade, passa a ser obrigatório em todo o país, nas redes pública e particular. A creche continuará atendendo crianças de zero a três anos e a pré-escola, as crianças de quatro e cinco anos e também as que completarem seis anos após o início do ano letivo.

De acordo com o Ministério da Educação, a ampliação do tempo do ensino fundamental tem como finalidade "qualificar o ensino e a aprendizagem e não antecipar sua conclusão".

O assunto ainda gera polêmica e divide a opinião de especialistas, principalmente no que se refere à iniciação aos seis anos de idade. Sem regras efetivamente claras, a matrícula destes alunos no primeiro ano do ensino fundamental causa muitas dúvidas, já que não há consenso na rede pública entre o que recomenda o Conselho Nacional de Educação e o que, na prática, vem sendo adotado por Estados e municípios.

Prova disso é que o Conselho Estadual de Educação de São Paulo fixou critério próprio, estabelecendo que as crianças que completarem seis anos até o dia 30 de junho do ano letivo podem ser matriculadas no primeiro ano. Na rede particular de ensino também há divergências. Muitas escolas aceitam matrícula de crianças que vão completar seis anos em outubro de 2010 ou até mesmo em 31 de dezembro.

A Prefeitura de São Paulo segue a orientação do MEC. A Portaria da

SME nº 4.801 (item 22), publicada no DOC de 24 de outubro, determina que para o ingresso no ensino fundamental de nove anos, as crianças deverão ter a idade mínima de seis anos, completos ou a completar, até 08 de fevereiro de 2010, data de início do ano letivo.

O SINPEEM sempre se manifestou a favor da manutenção da criança por mais tempo na escola, porém, com a continuidade do terceiro estágio nas Emeis, ou seja, o sindicato defende que o nono ano do ensino fundamental seja incluído nas séries finais e não nas iniciais, conforme indica o MEC.

Além disso, é necessário ampliar a rede física, melhorar a infraestrutura das unidades existentes e investir na formação e valorização profissional e salarial dos educadores. Tudo isso, é claro, aliado a uma gestão efetivamente participativa entre a comunidade escolar, pais, alunos e sociedade. Caso contrário, os problemas que a sociedade já vem enfrentando há vários anos, como a superlotação das salas de aula, violência dentro e fora das escolas, falta de estímulo dos educadores, entre outros, se transformarão num verdadeiro pesadelo.

A escola é uma instituição de inclusão, que tem como finalidade formar cidadãos, portanto, não pode virar um mero depósito de crianças.

A DIRETORIA

CLAUDIO FONSECA
Presidente

O JORNAL DO SINPEEM é uma publicação do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo
Avenida Santos Dumont, 596 - CEP 01101-080 - Ponte Pequena - São Paulo - SP - Fone 3329-4500
www.sinpeem.com.br - e-mails: sinpeem@sinpeem.com.br - imprensa@sinpeem.com.br
Registro Sindical no Ministério do Trabalho outorgado pelo Processo nº 24440.025576/89

DIRETORIA

Presidente Claudio Fonseca
Vice-presidente Adelson Cavalcanti de Queiroz
Secretário-geral Cleiton Gomes da Silva
Vice-secretário-geral Antonio Bonfim Moreira
Secretária de Finanças Doroty Keiko Sato
Vice-secretária de Finanças Cleide Filizzola da Silva
Secretário de Administração e Patrimônio Josafá Araújo de Souza
Secretária de Imprensa e Comunicação Mônica dos Santos Castellano Rodrigues
Vice-secretária de Imprensa e Comunicação Patrícia Pimenta Furbino
Secretária de Assuntos Jurídicos Maria Cristina Augusto Martins
Vice-secretária de Assuntos Jurídicos Nilda Santana de Souza
Secretária de Formação Teresinha Chiappim
Vice-secretária de Formação Sylvie Bonifácio Klein
Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais Eliazar Alves Varela
Secretário de Política Sindical João Baptista Nazareth Jr.
Secretária de Assuntos do Quadro de Apoio Reni Oliveira Pereira
Vice-secretário de Assuntos do Quadro de Apoio Tomaz Humberto Jabanj
Secretária de Seguridade Social/Aposentados Myrtes Faria da Silva
Secretária para Assuntos da Mulher Trabalhadora Lourdes Quadros Alves
Secretário de Políticas Sociais João Kleber de Santana Souza
Secretário de Saúde e Segurança do Trabalhador Floreal Marim Botias Júnior
Secretário de Organização de Subsedes/Regional José Donizete Fernandes

DIRETORES REGIONAIS DE SUBSEDES

Almir Bento de Freitas
Clarice Bonfim
Edivaldo dos Santos Nascimento
Eduardo Terra Coelho
Fidelcino Rodrigues de Oliveira
Gicélia Santos Silva
Júlia Maia
Lilian Maria Pacheco
Luzinete Josefa da Rocha
Marcelo Alves Nishikata
Maria Hildete G. Nepomuceno Rezende
Miriam Halcsih Machado
Rogério Marcos de Melo

Jornalista responsável:
Graça Donegati - Mtb 22.543
Diagramação: José Antonio Alves
Impressão: Brasil Impresso
46 mil exemplares
Distribuição gratuita

Os textos publicados no Jornal do SINPEEM são de exclusiva responsabilidade da Diretoria do sindicato

Tabela de vencimentos – dezembro/2009

REF/GRAUS	A	B	C	D	E
APOIO À EDUCAÇÃO					
QPE-01	596,74	635,52	676,82	720,80	767,66
QPE-02	635,52	676,82	720,80	767,66	817,56
QPE-03	676,82	720,80	767,66	817,56	870,70
QPE-04	720,80	767,66	817,56	870,70	927,29
QPE-05	767,66	817,56	870,70	927,29	987,58
QPE-06	817,56	870,70	927,29	987,58	1.051,77
*QPE-07	870,70	927,29	987,58	1.051,77	1.120,13
*QPE-08	927,29	987,58	1.051,77	1.120,13	1.192,93
*QPE-09	987,58	1.051,77	1.120,13	1.192,93	1.270,50
*QPE-10	1.051,77	1.120,13	1.192,93	1.270,50	1.353,09
*QPE-11	1.120,13	1.192,93	1.270,50	1.353,09	1.441,02
*QPE-12	1.192,93	1.270,50	1.353,09	1.441,02	1.534,68
*QPE-13	1.270,49	1.353,09	1.441,02	1.534,68	1.634,42
*QPE-14	1.353,09	1.441,02	1.534,68	1.634,42	1.740,65
JORNADA BÁSICA DO PROFESSOR (JB) - 20 HORAS/AULA					
QPE-11	663,95	707,12	753,08	802,09	854,19
QPE-12	707,12	753,08	802,09	854,19	909,69
QPE-13	753,08	802,09	854,19	909,69	968,79
QPE-14	802,09	854,19	909,69	968,79	1.031,79
QPE-15	854,19	909,69	968,79	1.031,79	1.098,85
QPE-16	909,69	968,79	1.031,79	1.098,85	1.170,36
QPE-17	968,79	1.031,79	1.098,85	1.170,36	1.246,35
QPE-18	1.031,79	1.098,85	1.170,36	1.246,35	1.327,40
QPE-19	1.098,85	1.170,36	1.246,35	1.327,40	1.413,74
QPE-20	1.170,36	1.246,35	1.327,40	1.413,74	1.505,64
QPE-21	1.246,35	1.327,40	1.413,74	1.505,64	1.603,42
JORNADA BÁSICA DO DOCENTE (JBD) - 30 HORAS/AULA					
QPE-11	995,96	1.060,75	1.129,68	1.203,12	1.281,31
QPE-12	1.060,75	1.129,68	1.203,12	1.281,31	1.364,59
QPE-13	1.129,68	1.203,12	1.281,31	1.364,59	1.453,28
QPE-14	1.203,12	1.281,31	1.364,59	1.453,28	1.547,75
QPE-15	1.281,31	1.364,59	1.453,28	1.547,75	1.648,32
QPE-16	1.364,59	1.453,28	1.547,75	1.648,32	1.755,46
QPE-17	1.453,28	1.547,75	1.648,32	1.755,46	1.869,65
QPE-18	1.547,75	1.648,32	1.755,46	1.869,65	1.991,18
QPE-19	1.648,32	1.755,46	1.869,65	1.991,18	2.120,58
QPE-20	1.755,46	1.869,65	1.991,18	2.120,58	2.258,33
QPE-21	1.869,65	1.991,18	2.120,58	2.258,33	2.405,20
JORNADA ESPECIAL INTEGRAL DE FORMAÇÃO (JEIF) E J-30 (CEI)					
**QPE-11	1.327,92	1.414,23	1.506,18	1.604,17	1.708,36
**QPE-12	1.414,23	1.506,18	1.604,17	1.708,36	1.819,37
**QPE-13	1.506,18	1.604,17	1.708,36	1.819,37	1.937,59
**QPE-14	1.604,17	1.708,36	1.819,37	1.937,59	2.063,54
**QPE-15	1.708,36	1.819,37	1.937,59	2.063,54	2.197,74
**QPE-16	1.819,37	1.937,59	2.063,54	2.197,74	2.340,72
**QPE-17	1.937,59	2.063,54	2.197,74	2.340,72	2.492,70
**QPE-18	2.063,54	2.197,74	2.340,72	2.492,70	2.654,84
**QPE-19	2.197,74	2.340,72	2.492,70	2.654,84	2.827,43
**QPE-20	2.340,72	2.492,70	2.654,84	2.827,43	3.011,25
**QPE-21	2.492,70	2.654,84	2.827,43	3.011,25	3.206,86
JORNADA BÁSICA E ESPECIAL DE 40 HORAS					
QPE-11	1.770,64	1.885,75	2.008,36	2.138,84	2.277,92
QPE-12	1.885,75	2.008,36	2.138,84	2.277,92	2.425,91
QPE-13	2.008,36	2.138,84	2.277,92	2.425,91	2.583,59
QPE-14	2.138,84	2.277,92	2.425,91	2.583,59	2.751,49
QPE-15	2.277,92	2.425,91	2.583,59	2.751,49	2.930,39
QPE-16	2.425,91	2.583,59	2.751,49	2.930,39	3.120,92
QPE-17	2.583,59	2.751,49	2.930,39	3.120,92	3.323,76
QPE-18	2.751,49	2.930,39	3.120,92	3.323,76	3.539,79
QPE-19	2.930,39	3.120,92	3.323,76	3.539,79	3.769,86
QPE-20	3.120,92	3.323,76	3.539,79	3.769,86	4.014,93
QPE-21	3.323,76	3.539,79	3.769,86	4.014,93	4.275,87
QPE-22	3.539,79	3.769,86	4.014,93	4.275,87	4.553,84
J-40 HORAS/AGENTE DE APOIO E VIGIAS					
B-1	439,38				
B-2	467,95				
B-3	498,36				
B-4	530,75				
B-5	565,24				
B-6	601,98				
B-7	641,12				
B-8	682,80				
B-9	727,17				
B-10	774,44				

J-40 HORAS/AGENTE DE APOIO E VIGIAS

B-1 439,38
B-2 467,95
B-3 498,36
B-4 530,75
B-5 565,24
B-6 601,98
B-7 641,12
B-8 682,80
B-9 727,17
B-10 774,44

* Corresponde à tabela de vencimentos de ADIs
** Corresponde à tabela de vencimentos dos PDIs

Filiação, atualização cadastral,
desfiliação, cursos e seminários, certificados,
agendas, declarações, informações sobre
unidades escolares e outros.

3329-4516

secretarias@sinpeem.com.br

Concurso: abertas as inscrições para o curso preparatório

Estão abertas as inscrições para o curso preparatório promovido pelo SINPEEM, para os concursos públicos de ingresso destinados ao provimento dos cargos para professor de educação infantil e de professor de educação infantil e ensino fundamental I. As inscrições serão aceitas até o preenchimento das duas mil vagas, disponíveis para os períodos da manhã e tarde.

As aulas serão ministradas nos dias 27, 28, 29 e 30 de janeiro de 2010 e 06 e 20 de fevereiro, no Centro Cultural do SINPEEM (avenida Santos Dumont, 560, Metrô Armênia), com turmas das 9h às 13h e das 14h às 18h.

QUEM PODE SE INSCREVER

Podem se inscrever no curso, EXCLUSIVAMENTE, os associados ao SINPEEM, mediante o pagamento da taxa de R\$ 50,00, até o dia 23 de dezembro (veja passo a passo).

Os candidatos interessados em fazer o curso preparatório que já pertencem à rede municipal de ensino, mas não são associados ao sindicato, devem se filiar na sede do SINPEEM (avenida Santos Dumont, 596, Metrô Armênia) até o preenchimento das vagas.

PASSO A PASSO: INSCRIÇÕES PELA INTERNET

Para fazer a inscrição, o associado deve seguir as seguintes orientações:

- 1 - acesse o formulário de inscrição:
<http://200.171.42.13:2022/webSINPEEM>
- 2 - digite os seis primeiros dígitos do Registro Funcional (RF);
- 3 - em seguida, digite o número do CPF (11 dígitos);
- 4 - escolha o curso e o horário (ingresso/manhã ou tarde);
- 5 - digite o código de segurança que aparece na tela;
- 6 - clique em CONFIRMAR INSCRIÇÃO;
- 7 - o sistema emitirá o boleto, que deverá ser impresso e pago em qualquer agência bancária ou pela Internet até o dia 23 de dezembro.

Atenção: o sistema informará o encerramento das vagas por curso e horário. Portanto, se você tentar se inscrever no horário da manhã e não houver mais vagas, poderá tentar fazer a inscrição para o horário da tarde ou vice-versa.

OBSERVAÇÕES:

- para efetuar a inscrição, o número do CPF é informação obrigatória;
- caso ocorra algum problema com o número do CPF na hora de efetuar a inscrição (número incorreto ou documento inválido), o sistema orientará ao associado a entrar em contato com a Secretaria do SINPEEM (3329-4516), para que o seu cadastro seja atualizado e ele possa fazer a inscrição no curso preparatório;



O último curso preparatório do SINPEEM ocorreu entre agosto e setembro

- o mesmo procedimento ocorrerá se o endereço do associado não estiver correto;
- em caso de necessidade, para imprimir a segunda via do boleto, acesse novamente o link de inscrição (<http://200.171.42.13:2022/webSINPEEM>);
- no dia 27 de janeiro, data de início do curso, o associado deverá apresentar o boleto bancário devidamente pago e documento com foto.

CREDENCIAMENTO

As aulas do curso preparatório serão ministradas no Centro Cultural do SINPEEM – avenida Santos Dumont, 560, Metrô Armênia.

O credenciamento para as turmas da manhã será feito, impreterivelmente, no dia 27 de janeiro, das 8h às 9h, para que não haja atraso no início dos trabalhos.

Para as turmas da tarde, o credenciamento será efetuado das 12h30 às 13h30.

ETAPAS E CONTEÚDO

O curso versará, exclusivamente, sobre a bibliografia geral para todos os cargos, que inclui as publicações institucionais, legislação, livros e artigos. Portanto, não será abordada a bibliografia específica.

SINPEEM RESPONDE

Quem trabalhou durante sete anos recebendo a gratificação de difícil acesso já tem este benefício incorporado?

Esta gratificação não é incorporada na aposentadoria como as jornadas, mas, como houve contribuição (RPPS) haverá uma média destas parcelas, proporcionalmente ao tempo de aposentadoria. Essa média será calculada e constará no holerite: padrão, quinquênio, sexta parte e média das parcelas.

Os secretários de escola terão alguma diferença na evolução do quadro de apoio?

Os secretários são auxiliares técnicos de educação com experiência em secretaria e designados para este cargo. Eles recebem diferença por exercício de outro cargo pelo QPE 11A da tabela H-40. Com a evolução funcional, o padrão do ATE será alterado e a diferença pelo exercício será menor. Só refletirá aumento real em maio de 2010 (data-base dos servidores municipais), quando todas as tabelas terão aumento.

PUBLICAÇÕES NO DOC

COMUNICADOS

nº 2.236 (DOC de 05/11/2009, página 40) - dispõe a realização da 6ª Mesa Redonda: "A escola na Rede de Proteção à Infância e Adolescência".

nº 2.237 (DOC de 05/11/2009, página 40) - publica os anexos para o referendo dos professores de bandas e fanfarras para o exercício de 2010 nos termos da portaria da SME.

nº 2.268 (DOC de 10/11/2009, páginas 37 a 123) - dispõe sobre o Concurso de Remoção 2009 - Classificação Final.

nº 2.269 (DOC de 10/11/2009, páginas 123 a 157) - dispõe sobre os Concursos de Remoção 2009 - Resultado Final.

nº 2.270 (DOC 10/11/2009, página 158) - dispõe sobre a remoção dos titulares de cargos de Especialista em Informações Técnicas, Culturais e Desportivas.

nº 2.298 (DOC de 12/11/09, página 39) - fixa procedimentos para escolha de lotação em caráter definitivo pelos Profissionais de Educação que especifica.

nº 2.321 (DOC de 14/11/09, página 58) - divulga as vagas definitivas aos profissionais de educação ingressantes em 2009 e com início de exercício até 06/11/2009.

nº 2.338 (DOC de 17/11/2009, página 48) - divulga procedimentos a serem adotados na rede municipal de ensino para pontuação dos professores de educação infantil e auxiliares de desenvolvimento infantil, lotados e/ou em exercício nos Centros de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação, visando à participação no processo de escolha/atribuição de turnos, e de grupos e funções de volante para 2010, e comunica outras providências.

nº 2.339 (DOC de 17/11/2009, página 48) - divulga procedimentos a serem adotados na rede municipal de ensino para pontuação dos profissionais de educação docentes, bem como opção por Diretoria Regional de Educação pelos professores estáveis e não-estáveis, visando à participação no processo de escolha/atribuição de turnos e de classes/aulas/ano 2010 e comunica outras providências.

EDITAIS

Concurso para professor de educação infantil e ensino fundamental I (DOC de 06/11/2009, páginas 37 a 40) - dispõe sobre o concurso de ingresso para o cargo de professor de educação infantil e ensino fundamental I.

Concurso para professor de educação infantil (DOC de 06/11/2009, páginas 40 a 45) - dispõe sobre o concurso de ingresso para o provimento dos cargos de professor de educação infantil.

Retificação do edital para o concurso de ingresso de professor de educação infantil e ensino fundamental I (DOC de 12/11/09, página 39)

Gabaritos do concurso para professor de ensino fundamental II e médio (DOC de 14/11/2009, página 57) - dispõe sobre os gabaritos das provas do concurso para o provimento dos cargos de professor de ensino fundamental II e médio.

Gabaritos do concurso para gestor educacional (DOC 14/11/2009, página 57) - dispõe sobre os gabaritos do concurso para o provimento dos cargos de gestor educacional.

Retificação do Edital de Abertura de Inscrições e Instruções Especiais (DOC de 23/11/2009) - dispõe sobre a retificação do Edital de Abertura

de Inscrições e Instruções Especiais para o provimento dos cargos de professor de educação infantil, publicado no DOC de 06/11/09.

PORTARIAS

nº 118/SMG-G/2009 (DOC de 04/11/2009, republicada nas páginas 04 a 07 por ter saído com incorreções no DOC de 30/10/2009) - dispõe sobre a escala de férias dos servidores públicos municipais.

nº 118/SMG-G/2009 (DOC de 05/11/2009, página 4 - republicada por ter saído com incorreções no DOC de 04/11/2009) - dispõe sobre a escala de férias dos servidores públicos municipais.

nº 4.971 (DOC de 07/11/2009, páginas 09 e 10) - institui, no âmbito do Departamento da Merenda Escolar, a Comissão Permanente de Recebimento de Alimentos (CPRA).

nº 4.989 (DOC de 12/11/09, página 11) - dispõe sobre a pontuação dos professores de educação infantil e auxiliares de desenvolvimento infantil, lotados e/ou em exercício nos Centros de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação, para escolha/atribuição de turnos, e de grupos e funções de volante - 2010, e dá outras providências.

nº 4.997 (DOC de 12/11/09, página 12) - dispõe sobre a pontuação dos profissionais de educação docentes para escolha/atribuição de turnos e de classes/aulas para o ano letivo de 2010, e dá outras providências.

nº 5.067 (DOC de 17/11/2009, página 26) - dispõe sobre diretrizes, normas e períodos para a realização de matrículas no ensino médio, no curso normal em nível médio e na educação profissional técnica de nível médio na rede municipal de ensino e dá outras providências.

ESPAÇO DOS APOSENTADOS

CNTE - A Secretaria de Aposentados do SINPEEM participou do 5º Encontro de Trabalhadores em Educação Aposentados das regiões Sul e Sudeste, organizado pela CNTE. Na ocasião foi lançada a revista "Como vivem os trabalhadores aposentados da Educação", fruto de uma pesquisa realizada em 2007, da qual o SINPEEM também participou.

2010 - A próxima reunião do Núcleo será no dia 1º de fevereiro - excepcionalmente numa terça-feira -, às 14 horas, no Centro de Formação do SINPEEM (rua Guaporé, 240, Metrô Armênia), quando organizaremos o nosso cronograma para 2010.

Compareçam. A participação e a sugestão de cada um é muito importante para o fortalecimento do sindicato.

Aposentadoria especial do magistério

Conforme despacho publicado do Diário Oficial da Cidade de 10 de novembro, as funções de direção, coordenação e assessoramento pedagógico integram a carreira do magistério e fazem jus à aposentadoria especial do professor, nos termos da Lei Federal nº 11.301, de 10 de maio de 2006.

Com a publicação do referido despacho, em resposta à consulta do Sindicato dos Especialistas em Educação do Ensino Municipal, todos os integrantes da carreira do magistério que completarem os critérios

de idade e tempo de contribuição exigidos podem solicitar a aposentadoria.

O SINPEEM entende que os mesmos procedimentos devem ser adotados por readaptados, professores que exerceram a função de assistente de direção e auxiliar de direção. Afinal, como já afirmamos anteriormente, entendemos que estes profissionais integram a carreira e são docentes.

Havendo indeferimento, os associados devem procurar o Departamento Jurídico do sindicato.



NOTA DE FALECIMENTO

As diretoras, professores, funcionários e alunos da Emef Padre Leonel Franca (DRE de Pirituba) comunicam o falecimento da professora Elaine Benute Lessa Ayres Gonçalves (*Nany*), ocorrido no dia 23 de novembro.

GIRO PELA EDUCAÇÃO

Fim da DRU e educação obrigatória dos 4 aos 17 anos

O Congresso Nacional promulgou no dia 11 de novembro a Emenda Constitucional nº 59, que determina o fim gradual da incidência da Desvinculação das Receitas da União (DRU) sobre os recursos federais para a educação até a extinção do mecanismo, em 2011. Desde 1994, a desvinculação retira 20% do total dos recursos que deveriam ser destinados, obrigatoriamente, à educação.

Esse percentual cai para 12,5% no exercício de 2009 e diminuirá para 5% em 2010. Não haverá mais a incidência a partir de 2011. Assim, serão cerca de R\$ 9 bilhões a mais no orçamento da educação.

Além da revinculação dos recursos para a área, a emenda determina a ampliação da obrigatoriedade do ensino a todas as etapas da educação básica. Hoje, as matrículas são obrigatórias dos seis aos 14 anos de idade. A emenda constitucional prevê a universalização do atendimento também na educação infantil e no ensino médio, ao ampliar a obrigatoriedade aos alunos entre quatro e 17 anos. A universa-

lização deve ser implementada por Estados e municípios, com o apoio do Ministério da Educação, até 2016.

De acordo com a lei, os alunos entre quatro e 17 anos terão o apoio de programas suplementares do MEC atualmente destinados apenas aos matriculados no ensino fundamental e médio. Portanto, recursos do transporte e da alimentação escolares, dos programas do livro didático e de assistência à saúde serão estendidos a todos os estudantes da educação básica pública.

De fato, a ampliação de receitas para a educação e a garantia do direito à educação dos quatro aos 17 anos, bandeiras pelas quais sempre lutamos, são muito importantes. No entanto, é necessário ressaltar que a sociedade deve se organizar e cobrar para que os recursos sejam realmente aplicados em educação.

Na cidade de São Paulo temos de garantir que a universalização seja incluída como meta no Plano Municipal de Educação, na Lei de Diretrizes Orçamentária e no orçamento.

Precatórios: aprovada a PEC do calote

A proposta de emenda constitucional (PEC) que altera a forma de pagamento dos precatórios (dívidas originadas de decisões judiciais) por governos estaduais e municipais foi aprovada pelo Congresso.

De acordo com a emenda, um regime especial de pagamento permitirá que Estados, municípios e o Distrito Federal retardem o pagamento de precatórios e obtenham descontos. A estimativa é de que a dívida de Estados e municípios com os precatórios seja de R\$ 100 bilhões em todo o país.

A PEC também prevê o fim do pagamento parcelado da dívida e a implementação de percentuais para Estados e municípios quitarem débitos.

Pelo menos 50% dos recur-

sos serão utilizados para pagamento de precatórios em ordem cronológica (com base na data em que a Justiça determinou o pagamento), dando preferência aos idosos, portadores de doenças graves e dívidas de natureza alimentícia (decorrentes de processos trabalhistas, pensões e benefícios da Previdência).

Os municípios terão de alocar entre 1% e 1,5% das receitas correntes líquidas para pagamentos de precatórios. Para os Estados, este percentual varia entre 1,5% e 2% das receitas líquidas.

A proposta prevê sanções aos prefeitos e governadores que descumprirem as novas regras, como a possibilidade de os administrados serem processados por improbidade administrativa.

Educação é prioridade para a população de São Paulo

Educação é a principal preocupação dos paulistanos. É o que apontam os resultados da primeira fase dos Indicadores de Referência de Bem-Estar no Município (Irbem), apresentados recentemente pelo Movimento Nossa São Paulo.

Profissionais de educação qualificados, vagas em creches, Emeis e escolas em locais próximos à moradia; envolvimento das famílias na educação dos filhos, respeito, valorização e reconhecimento dos trabalhadores, transporte escolar gratuito e educação para os direitos das crianças e dos adolescentes são apontados como temas que preocupam os paulistanos.

Atrás de educação (58,89%) estão as áreas de saúde (56,30%), ambiente (49,54%), segurança (48,11%) e trabalho (41,62%).

A pesquisa tomou como base

o questionário preenchido por mais de 32 mil pessoas entre os meses de setembro e outubro. Desse total, cerca de 12 mil com mais de 16 anos e 22.100 crianças e adolescentes com idade entre 10 e 15 anos.

As áreas de transporte e mobilidade ficaram em 17º lugar na escala de prioridades da população, que respondeu serem importantes a ampliação da rede do Metrô, as soluções para reduzir o trânsito e a redução do tempo de espera nos pontos de ônibus.

Entre os adultos que participaram da pesquisa, 48,02% são assalariados, 22,98% têm ensino superior completo, 46,66% são solteiros, 23,47% têm entre 30 e 39 anos e 59,70% são mulheres. Já entre as crianças, a maioria é de alunos da rede pública de ensino (97,89%).

Educação terá R\$ 5,4 bilhões em 2010

Em audiência pública sobre o orçamento de 2010 e o Plano Plurianual Anual (PPA 2010/2013) ocorrida no dia 17 de novembro, o secretário municipal de Educação, Alexandre Schneider, afirmou que serão criadas 136 Emeis, 80 CEIs e 51 Emefs.

O SINPEEM tem como política permanente a defesa da ampliação da rede física e cobrará o compromisso assumido pelo governo.

O orçamento total da SME previsto na proposta orçamentária do Executivo, que está sendo debatida na Câmara, é de R\$ 5,416 bilhões.

SINPEEM participa de movimento pelo pagamento dos precatórios

A Prefeitura tem dívidas em precatório com seus servidores que ultrapassam R\$ 10 bilhões. A maior parte deste valor corresponde aos débitos referentes às diferenças de salários retroativas ao início da execução do ganho judicial na denominada ação dos 81%.

Com a aprovação da PEC dos precatórios ficará ainda mais difícil e demorado o servidor receber o valor integral a que tem direito. Para se ter uma idéia desta dificuldade, a Prefeitura pode levar mais de 40 anos para pagar o último precatório.

Por esta razão, o SINPEEM tem atuado em conjunto com centenas de entidades de classe, inclusive a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), contra esta PEC do calote, pelo pagamento dos precatórios.

20º CONGRESSO DO SINPEEM



Evento marca história de sucesso do SINPEEM

Aprender a lidar e a conviver com as diferenças diante de uma linha tênue que separa o tradicional do novo, com interpretações distintas e ao mesmo tempo ambivalentes, não é tarefa fácil, principalmente porque é necessário pressupor que cada pessoa, antes de qualquer coisa, é um indivíduo, portanto, único. Isso significa que, numa sociedade inserida num processo de globalização, é fundamental que todos, especialmente os educadores, saibam conviver e administrar as diferenças porque sempre vão existir, sejam elas so-

ciais, de comportamento ou de aprendizagem.

Foi neste contexto que o SINPEEM promoveu, de 27 a 30 de outubro, o 20º Congresso de Educação, no Anhembi, com o tema "Mudanças na Educação – o tradicional e o novo". A grandiosidade dos números – com a participação de mais de quatro mil delegados –, somada à qualidade dos 29 grupos de interesse, dos dois painéis, da 7ª Mostra de Arte e Cultura e das 12 atividades culturais apresentadas nos quatro dias dão a certeza de que este foi o

maior evento da categoria, até então promovido pelo sindicato.

O presidente do SINPEEM, Claudio Fonseca, enfatizou a importância do SINPEEM, que há mais de duas décadas se mantém independente e democrático na luta pela educação pública laica e de qualidade social para todos, bem como pelas reivindicações e direitos dos profissionais de educação da cidade de São Paulo e dos trabalhadores em geral.

Ele destacou que o evento continua sendo um importante espaço democrático da categoria, no

qual são apresentadas e debatidas propostas dos delegados referentes às políticas municipal, estadual e nacional; além das questões educacionais e funcionais dos profissionais de educação.

"O SINPEEM é um sindicato responsável e coerente em suas decisões, na defesa incansável da manutenção e extensão dos direitos e atendimento às reivindicações da categoria e o congresso sempre foi, é e continuará sendo uma das principais instâncias de debate dos profissionais de educação", afirmou Claudio Fonseca.

Delegados elogiam dinâmica e organização do evento

Pelo menos 90% dos delegados – docentes, gestores e quadro de apoio – aprovaram a dinâmica dos trabalhos, a organização, infraestrutura e logística do congresso, que envolveu mais de 300 profissionais.

A comprovação está nas avaliações preenchidas pelos delegados e entregue no final do congresso, desde o transporte, grupos de interesse, atividades culturais e alimentação, bem como nos e-mails enviados para o sindicato.

O SINPEEM também recebeu críticas, que são bem-vindas. Elas serão avaliadas e as possíveis falhas corrigidas em 2010.

Entre os melhores temas, os delegados destacaram "A Construção coletiva da qualidade na educação – conciliar e adequar con-

teúdos para a formação do cidadão ético", "A organização da educação infantil para a travessia dos alunos par o ensino fundamental", "Meninos e meninas", "A posição da escola perante a história da África e dos afrodescendentes no Brasil", "A conexão necessária entre a tecnologia e a educação", "A saúde do trabalhador em educação", "É possível manter a saúde física e mental mesmo sendo profissional da educação" e "As agressões silenciosas: bullying e cyberbullying".

Para 2010, os delegados sugerem que sejam incluídos mais temas direcionados ao quadro de apoio, o comportamento dos educadores, filosofia na educação, saúde vocal, psicomotricidade, entre outros.

Veja alguns depoimentos:

"Parabéns à Diretoria do SINPEEM, que se empenhou para realizar um grande congresso, em especial ao presidente, Claudio Fonseca, que, em meio à diversidade, deixou a democracia prevalecer..."

(Joelma Batista de Souza Novais, professora de educação infantil)

"Neste ano chegamos ao um bom senso na composição da dinâmica de todo o congresso. Os encaminhamentos foram mais conscientes. Em 2010 teremos eventos de visibilidade mundial como a Copa do Mundo e as eleições, portanto, a educação deve dar a sua contribuição."

(Deise Olímpia Ferreira, professora de educação infantil)

"Parabéns a todos pela organização do 20º Congresso e pela atualização do tema tão necessário às discussões e entendimento pela categoria, em especial o presidente do sindicato, Claudio Fonseca, pela condução dos trabalhos em plenário e principalmente pelo respeito democrático dos professores presentes e ausentes. Muito obrigada!"

(Maria Ivani Alencar de Oliveira, professora de ensino fundamental II)

"A organização dos ônibus para o retorno à Estação Tietê do Metrô (ao final dos trabalhos) estava péssima, sem um ponto de parada definido, gerando empurrões e troca de 'farpas' entre os congressistas. Sugiro que nos próximos anos o sindicato desloque um funcionário para organizar as filas e que defina um ponto de parada (dentro do estacionamento do sambódromo, por exemplo)."

(Wilson Diorato de Souto, auxiliar técnico de educação)

"O conteúdo das palestras, as discussões nas plenárias e os estandes de livros contribuem para ampliar e mudar o nosso olhar e, assim, melhorarmos na sala de aula."

(Elisângela Melo Gerez Souza, professora de educação infantil)

"Parabéns pelo belo Congresso. Com temas interessantes, organização, eventos culturais. Enfim estava maravilhoso. Cada ano superando mais..."

(Janete Gomes Maciel, auxiliar técnico de educação)

"É importante debatermos sobre o uso das diversas tecnologias na sala de aula, pois muitos professores não sabem como fazer com que os avanços tecnológicos se tornem aliados na construção do processo educativo. A maioria não está familiarizada com tantas mudanças e acaba as considerando nocivas."

(Cleide Nogueira, agente escolar)



Cadastramento foi ágil e transcorreu com tranquilidade

20º CONGRESSO DO SINPEEM



Fotos: Fernando Cardozo

Sugestões são atendidas

Atendendo à solicitação de vários delegados, feitas nas avaliações de 2008, foram incluídos nos grupos de interesse do 20º Congresso palestras que abordaram questões sobre a educação ambiental, liderança em sala de aula e seus efeitos na aprendizagem, saúde dos profissionais de educação, a história da África e dos afrodescendentes no Brasil, quadro de apoio e atividades lúdicas.

A solenidade de abertura do 20º Congresso contou com a participação de Roberto Franklin de Leão, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Ana Maria Dünkel Bonalumi, diretora de organização do Sindicato dos Especialistas de Educação do Município de São Paulo (Sinesp); o deputado estadual David Zaia (PPS); Marizete Duca Pessoa da Silva, diretora do Departamento de Educação do Sindicato na Administração Pública do Município de São Paulo (Sindsep); Miguel Carvalho, presidente estadual do Psol; João Zafalão, do diretório estadual do PSTU; Neusa Santana Alves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza (Sinteps).

Ensino fundamental de nove anos no centro das discussões

Com a obrigatoriedade do ensino fundamental de nove anos a partir de 2010, o assunto esteve entre as principais discussões no 20º Congresso do SINPEEM. Nesse sentido, foram debatidos tanto a organização da educação infantil para a travessia dos alunos para esta nova realidade, como a importância da organização do ensino fundamental para receber as crianças da educação infantil, além do grave problema dos alunos do 5º ano que ainda não sabem ler.

Vale lembrar que o SINPEEM defende a permanência dos alunos por mais tempo nas escolas, mas é contra o fim do terceiro estágio. Para o sindicato, a organização do ensino fundamental com duração de nove anos deve partir do princípio de que a sua iniciação ocorra aos sete anos de idade (leia o editorial, na página 2).

Inclusão social, tecnologia e educação, violência nas escolas, bullying, distúrbios alimentares, avaliações externas, neurociência e educação, o papel do educador, qualidade da educação, formação inicial dos educadores e valores e convívio social também fizeram parte dos debates sobre a educação que temos e qualidade da educação que queremos.

Programação cultural

Durante os quatro dias de congresso, os delegados foram recepcionados pelos músicos Edgar e Zico, para começar o dia com o pé direito. Às 12h30 assistiram às apresentações no palco da 7ª Mostra de Arte e Cultura de Maricene Espíndola, Trio MPB, Rodrigo Vianna e do grupo de dança Beija Fulô. Já no auditório Celso Furtado, os delegados prestigiaram aos shows do grupo Joe Roberts e Banda, Banda América, Ballet Stagium e do cantor e compositor Luiz Melodia.

Na Feira da Educação, um leque de opções, com estandes de diversas editoras, que levaram para o Anhembi seus lançamentos, livros interativos e clássicos da literatura brasileira e mundial.

7ª Mostra de Arte e Cultura

Neste ano, a sétima edição da Mostra de Arte e Cultura (MAC) do congresso, tradicional espaço de exposição dos artistas da categoria, associados ao SINPEEM, também traz obras da pintora Rosângela Marassi e do grafiteiro Eduardo Kobra.



20º CONGRESSO DO SINPEEM

Mudanças na
EDUCAÇÃO
O TRADICIONAL E O NOVO



O tradicional e o novo

Ao abordar o tema “Mudanças na Educação – o tradicional e o novo”, o professor Gabriel Perissé, escritor e doutor em Filosofia da Educação pela USP, lembrou que, apesar do crescimento das novas tecnologias, vivemos em uma sociedade com valores essencialmente tradicionais – família, escola, religião. E que para lidarmos com as mudanças de conceitos e com novos comportamentos, buscamos esta nossa bagagem, baseada no tradicional. Isto significa que, mesmo quando aplicarmos as novas tecnologias, seja na escola ou no trabalho, fica difícil dissociar o tradicional do novo.

“Fomos educados para tudo que é tradicional, mas não podemos nos apegar ao conceito do que é contemporâneo ou não. Temos de buscar, sim, o que é realmente essencial para o nosso trabalho e para a nossa vida. Essa é a chave de tudo, porque o que é considerado tradicional ou antigo para uma pessoa, para outra pode ser novo. É uma questão do contexto no qual estamos inseridos”, afirmou Perissé.

“Empresas focam publicidade nas crianças”

Na palestra “A mercantilização das crianças e dos jovens – um problema social”, a coordenadora de Educação e Pesquisa do Projeto Criança e Consumo, Lais Fontenelle Pereira, destacou que a proibição da publicidade dirigida à criança não é censura e que os pequenos aprendem com os exemplos dos adultos, seja em casa ou na escola.

Ela explicou que as crianças foram elevadas ao status de consumidoras, antes mesmo de se tornarem cidadãs plenas. “Instalou-se a pedagogia das mídias que se utilizam de imagens e sons, por meio de uma sedução quase hipnótica, falam diretamente com as crianças ditando regras e valores, criando uma rivalidade com a es-

cola e confrontando a autoridade dos pais. Por isso, é fundamental que os educadores repensem, constantemente, a questão do consumismo. Os adultos têm de passar para as crianças valores mais humanos e menos materialistas”, afirmou.

Regina de Assis, consultora em Educação e Mídia, acrescentou que cabe às equipes docentes analisar criticamente de que maneira será possível abordar com os alunos e suas famílias o problema da mercantilização de crianças e adolescentes. “Integrar a discussão e ações às práticas pedagógicas é responsabilidade de professores, coordenadores pedagógicos e diretores de escola”, disse.



Regina de Assis: “Docentes precisam analisar criticamente o assunto”



Perissé: “Temos de buscar o que é realmente essencial para nós”

Construção coletiva da educação



“Precisamos reinventar a escola e uma nova ética”, disse Menezes

“É preciso conceber uma nova ética para pautar o convívio formativo na escola que precisamos reinventar”, afirmou o professor Luiz Carlos Menezes, mestre e doutor em Física, ao discorrer sobre o tema “A construção coletiva da qualidade na educação – conciliar e adequar conteúdos para a formação do cidadão ético”, juntamente com a mestre e doutora

em Educação pela PUC-SP, Maria das Mercês F. Sampaio.

“A escola tem um papel fundamental na formação ética das crianças e jovens. Como instituição que educa, a escola pode criar condições de avanço e de busca de formas efetivamente mais justas, democráticas e éticas para o convívio das pessoas”, disse Maria das Mercês.

20º CONGRESSO DO SINPEEM



Distúrbios alimentares na escola



Jeanne: "Crianças são inseguras em relação à própria aparência..."

Cada vez mais comum no âmbito escolar, os distúrbios alimentares foram um dos temas das palestras no 20º Congresso do SINPEEM. O psiquiatra Luiz Scocca e a nutricionista especializada em desnutrição e saúde na pobreza Jeanne de Queirós Jaen discutiram sobre o assunto e deram dicas de como os professores podem prevenir e ajudar crianças

com esses distúrbios.

Alunos que apresentam grande preocupação com a aparência ou que tenham sensibilidade exacerbada a críticas podem estar sofrendo de algum tipo de transtorno. "Geralmente, essas crianças são muito inseguras em relação à própria aparência ou apresentam extrema intolerância com pessoas acima do peso.", explicou Jeanne.

Diferença de tratamento é cultural



Martins: "Toda discriminação revela a estupidez humana".

Para os especialistas, a diferença com a qual meninas e meninos tem origem cultural. "Se alguém dá um macacão rosa para um menino recém-nascido, com certeza ganhará a antipatia dos pais. Afinal, rosa é cor de menina. Todos sabem que isso é apenas uma ideologia, mas continuamos a pensar dessa maneira, pois assim nos foi imposto. Isso se estende a todas as outras diferenças de gênero", explicou a professora Jane Soares Almeida.

No âmbito escolar, os professores acabam reforçando essa ideia, ao afirmar, por exemplo, que os meninos têm de ser agressivos, e as meninas, delicadas. "Geralmente, os professores são menos tolerantes à indisciplina vinda de meninas. Elas devem ser mais disciplinadas para serem consideradas boas alunas. Os meninos podem ser mais indisciplinados e ain-

da assim serem considerados brilhantes", comentou Jane.

O historiador, pedagogo e psicólogo, José Carlos Martins, explicou que ao mesmo tempo em que a escola é o espaço onde se encontra a maior diversidade cultural é também o local mais discriminador. Por isso, trabalhar as diferenças é um desafio para o professor, pois ele deve ser o mediador do conhecimento, ou melhor, um facilitador do processo ensino-aprendizagem. "Toda discriminação revela estupidez humana. A escola reforça os padrões tradicionais sobre o masculino e o feminino, o que pode gerar comportamentos machistas tanto por parte dos educadores como dos alunos. Mas, é importante lembrar que o machismo é cultural, portanto, é construída. Mas a escola tem de ser um espaço para a construção da igualdade", afirma Martins.

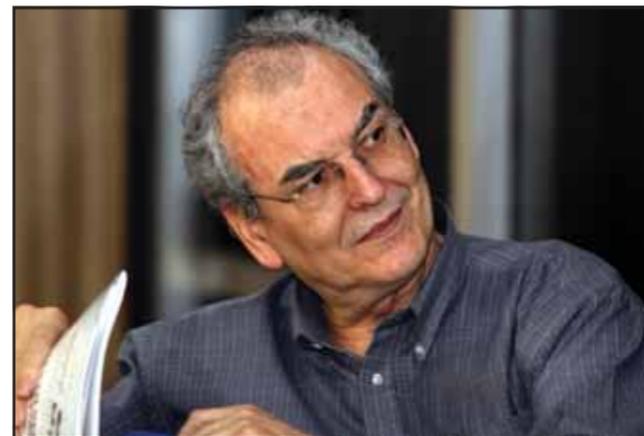
Televisão x educação

A televisão está extremamente presente em nosso cotidiano. Mais que um simples veículo de comunicação, ela distrai, informa e serve até como 'babá eletrônica'. Mas existe uma linha tênue entre o quanto ela ajuda ou atrapalha na construção da personalidade das crianças.

"É importante que a escola esteja interessada em compreender o processo de troca presente nos meios de comunicação, fazendo com que a criança compreenda seu significado dentro da sociedade e possa, assim, desen-

volver sua cidadania", disse a doutora em comunicação Ester Baptistella.

O também doutor em Comunicação, José Manuel Moran, disse que as novas tecnologias devem ser utilizadas pelos professores para expandir os conhecimentos dos alunos. "Com a redução de custos da tecnologia digital, é muito mais fácil produzir conteúdos e orientar pesquisas e projetos. Os alunos podem acessar as aulas no horário que acharem conveniente, aumentando a sensação de estarmos juntos", comentou Moran.



Moran: "Hoje, é mais fácil produzir conteúdos e orientar pesquisas"

Liderança em sala de aula



Hoje em dia, em meio à violência e hostilidade nas salas de aula, muitas vezes o professor se sente intimidado pelos alunos, que tomam as rédeas da situação. Nessas horas, surge a dúvida: como liderar a classe sem ser muito autoritário?

Na palestra "A liderança em sala de aula e seus efeitos na aprendizagem", Luiz Martins listou algumas das principais características de um professor de sucesso. Entre elas, destacou a automotivação, empatia e planejamento.

"O educador de sucesso deve ter objetivos claros e definidos e trabalhá-los com a participação da classe", disse.

Martins destacou que assim como em uma empresa, na escola nada ocorre de baixo para cima. "Não adianta fazer discursos ou pregar quadrinhos nas paredes com frases de efeito. Se os dirigentes não tiverem um genuíno comportamento e atitudes "exemplares" tudo ficará no discurso, na intenção e pouco ocorrerá de concreto dentro da escola no dia-a-dia".

20º CONGRESSO DO SINPEEM



Delegados debatem propostas

Neste ano, o texto referência foi editado com o conjunto de deliberações referentes às políticas internacional e nacional, educacional e permanentes já debatidas e aprovadas pela categoria em todas as instâncias (congressos, assembleias e reuniões).

Diante da necessidade de intensificar a luta por uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade para todos e valorização dos profissionais de educação através de salários, formação, atualização e progressão na carreira, foram aprovadas no 20º Congresso as seguintes indicações:

- condições dignas de trabalho;
- redução do número de alunos por sala de aula;
- isonomia entre ativos e aposentados;
- infraestrutura adequada para as unidades escolares;
- fim das terceirizações;
- fim dos contratos com ONGs e organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips);
- financiamento e gestão pública das escolas da rede municipal de ensino;

- alteração da Lei Orgânica do Município (LOM) para restabelecer o percentual mínimo destinado à manutenção e desenvolvimento do ensino;
- fim do uso das unidades escolares para gestão e execução das políticas voltadas para a assistência social;
- expansão da rede física escolar e melhoria das instalações existentes;
- reabertura de salas do ensino regular na EJA e de períodos onde houver demanda;
- fim das avaliações externas;
- mais verbas para a educação;
- ampliação para, no mínimo, 15% do PIB para investimentos em educação;
- realização de campanha pública em defesa da EJA;
- educação inclusiva, com estrutura para atendimento às crianças, jovens e adultos com necessidades especiais.

* Veja a seguir a íntegra das resoluções do 20º Congresso, também disponíveis no site do SINPEEM (www.sinpeem.com.br).

RESOLUÇÕES DO 20º CONGRESSO DO SINPEEM

1 - POLÍTICA INTERNACIONAL

1.1 - VIVEMOS NUM MUNDO CADA VEZ MAIS GLOBALIZADO E INTERDEPENDENTE

1.1.1 - Os últimos 50 anos foram de incessantes transformações políticas, econômicas, sociais e culturais, tendo como epicentro as contradições existentes entre as potências capitalistas e o bloco de países que compunham o "socialismo real". Tais transformações se estenderam por todo o planeta, modificando todas as esferas da vida em sociedade. Podemos situar este processo, politicamente condicionado, na passagem das décadas da chamada "revolução científico-tecnológica", determinando profundas mudanças na esfera do conhecimento, e de sua utilização no plano da produção econômica, se disseminando por todas as faces da vida cotidiana. Uma das mais notáveis consequências desta revolução foi o enorme desenvolvimento das forças produtivas, evidenciado pela incorporação à produção de uma série de inovações tecnológicas, que culminaram na atual circulação de informações e capitais pelo mundo, em tempo real. Correlato a esse incremento do uso sistemático de novas tecnologias foi o paulatino desmantelamento dos processos produtivos e da organização do trabalho e de acumulação e concentração de riquezas nas mãos de poucos, enquanto bilhões de pessoas vivem na total miséria.

1.1.2 - No processo, esses dois elementos constitutivos da revolução científico-tecnológica se alimentaram mutuamente e passaram a definir o ocaso da sociedade industrial e sua substituição, em um nível cada vez mais amplo e mais profundo, por um outro tipo de sociedade organizada, sobretudo em torno da produção e circulação de conhecimento. O resultado desse processo é o surgimento de uma nova divisão internacional do trabalho, deslocando o processo produtivo industrial para alguns países em desenvolvimento, em função do baixo custo da mão de obra nativa, da parca legislação ambiental e trabalhista e do incipiente exercício democrático de gestão do poder, redesenhando as contradições inerentes ao modelo capitalista de desenvolvimento.

1.1.3 - Essas décadas foram também anos de profundas transformações na correlação de forças políticas entre as nações, quebrando a lógica do mundo bipolar, hegemônico pelos EUA e a antiga URSS.

1.2 - CRISE FINANCEIRA ECONÔMICA

1.2.1 - Quando a crise econômico-financeira se instala definitivamente no seio das nações mais poderosas, transformando em crise sistêmica do capitalismo, atingin-

do, de forma inédita, toda finança mundial e restando o crescimento econômico de maneira profunda e ampla, um novo desenho geopolítico se delineia. Os Estados Unidos, antes coração financeiro do mundo capitalista, construiu nos últimos anos um monumental déficit fiscal, que está na base da atual crise financeira que atravessa. Além disso, sua economia vem perdendo competitividade, como demonstra a situação de sua indústria automobilística.

1.2.2 - À medida que se aprofunda a crise econômica e igualmente as conquistas da ciência e da tecnologia, mais evidente se torna a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento atual, marcado pela degradação do meio ambiente, pela massiva utilização de petróleo como base do processo industrial, e pela crescente cristalização das desigualdades mundiais, quando apenas 20 países (G-20) são responsáveis por mais de 80% da produção mundial.

1.2.3 - Com o recrudescimento da crise econômico-financeira, as tensões internas e externas dos países se tornam cada vez mais complexas pelo próprio processo de globalização, desigual em sua natureza e pelas novas demandas postas por um desenvolvimento que não ameace a sobrevivência da humanidade. Para tanto, cada vez mais será necessário um arranjo internacional sólido, não só na articulação das políticas financeiras dessas nações, mediadas por organismos internacionais, como na questão da distribuição das riquezas produzidas e sua sustentabilidade, que se tornarão o centro da luta política entre as forças da conservação e da mudança em escala global.

1.3 - SOLUÇÃO DA CRISE EXTRAPOLA A CAPACIDADE DO SISTEMA ECONÔMICO ATUAL

1.3.1 - É cada vez mais evidente que a magnitude dos problemas postos pela crise extrapola em muito a capacidade resolutiva dos Estados nacionais. A contradição que a crise evidencia é a necessidade urgente de regulação política sobre os mercados. Os trabalhadores precisam e devem lutar por uma nova sociedade fundada nos princípios da solidariedade humana, igualdade social, direito à soberania dos povos e das liberdades.

1.4 - UMA NOVA DIRETRIZ A CONSIDERAR É O CONTROLE SOCIAL DO MERCADO

1.4.1 - A acumulação de capital tem sido exponenciada em escala planetária, assim como o fluxo de informações em "tempo real". O mesmo não ocorre com as demais dimensões da vida social, levando ao paroxismo a dominância da lógica da acumulação capitalista. Acontece que o apogeu do modo de produção capitalista e do fetichismo da mercadoria nos afastou das qualidades das coisas, nos deixando envoltos na névoa cinza das quan-

tidades. Ao capital só interessa acumular mais, ao consumidor só resta desejar consumir mais, sempre mais.

1.4.2 - Superar esse paradoxo vai exigir rupturas na extensão da consciência histórica, na relação com a natureza e no modo de produzir e consumir, além de uma ação política concentrada na esfera global.

1.4.3 - O mercado, como se sabe, não conhece outros valores que a maximização da acumulação de capital, do crescimento econômico, sendo totalmente incompetente para considerações relativas à liberdade e qualidade de vida das futuras gerações. Valores como os decorrentes de reflexões relativas à justiça social ou de preocupações com o desenvolvimento sustentável têm de ser impostos ao mercado de fora para dentro, via regulação, de um lado; e efetiva participação da cidadania na ampliação de sua influência sobre as políticas públicas, de outro.

1.4.4 - Não há quem não concorde que as transformações no modo de produzir e consumir serão inevitáveis. Sem pensar em superar a economia de mercado, a velocidade e flexibilidade deste tipo de economia são, ao lado do uso intensivo de ciência e tecnologia, e permeabilidade a ações organizadas da cidadania, mais do que nunca, indispensáveis.

1.4.5 - É que a maneira como as empresas e o mercado se organizam depende, antes de tudo, daquilo que, com relação a eles, fazem as forças organizadas da sociedade. Por isso, um importante desafio para um projeto de mudança social está na maneira de compreender e de intervir no próprio mercado, que nada mais é que uma estrutura social que funciona com base em pressões sociais. Outro desafio é fazer com que os movimentos sociais sejam protagonistas da maneira como os mercados se estruturam, buscando a equidade e a justiça social.

1.5 - REPENSAR A RELAÇÃO ENTRE A SOCIEDADE E A NATUREZA É UM GRANDE DESAFIO

1.5.1 - A crise mundial trouxe a necessidade de se repensar a relação entre a sociedade e a natureza, integrando-as de maneira organicamente articulada numa mesma estrutura analítica, uma vez que o desafio, hoje, está na construção de um conjunto de propostas capazes de fazer da valorização e do uso sustentável da biodiversidade a base para um novo modo de produzir e distribuir riqueza.

1.5.2 - São cada vez mais expressivas, internacionalmente, as vozes que, de forma crescente, dissociam o aumento da riqueza e a real satisfação das necessidades

humanas. Submeter a produção material às necessidades sociais seria a forma de ultrapassar o predomínio da própria racionalidade econômica do capitalismo, fundada, simplesmente, na lógica de reprodução incessante do capital. Por isso, é fundamental criar um novo tipo de desenvolvimento que seja consistente com os limites dos bens e serviços que a natureza do planeta renova e nos oferta. Daí a necessidade de valorar esses serviços nas contas nacionais e na contabilidade de custos das empresas. E colocar, conscientemente, sob controle e regulação sociais, o caráter ecologicamente deletério do capital em escala planetária.

1.5.3 - O enfrentamento desse desequilíbrio exige, simultaneamente:

a) o reconhecimento, a valoração e a contabilização dos custos relacionados à utilização sustentável dos bens e serviços que a natureza disponibiliza e renova para a produção e consumo humanos;

b) a institucionalização de uma política global mais eficiente e democrática do que os atuais arranjos;

c) a dilatação do horizonte temporal do processo decisório e do planejamento. As escolhas humanas precisam incorporar uma perspectiva consciente em um horizonte de tempo muito mais amplo do que o habitual na história humana.

1.5.4 - PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTOS:

a) participar dos movimentos contra as políticas militar, expansionista e consumista do governo norte-americano e das demais potências mundiais;

b) manter a luta contra o modelo econômico baseado nas altas taxas de juros e no superávit econômico;

c) participar dos movimentos pela autodeterminação das nações e liberdade dos povos;

d) promover e participar de campanhas pela paz, pelo respeito ao meio ambiente e à dignidade humana;

e) participar de movimentos por distribuição de renda e erradicação da pobreza;

f) combater o uso das políticas assistencialistas como legitimadoras de poder político eleitoral;

g) cultivar a solidariedade entre os trabalhadores e suas organizações, não só em âmbito local, mas também nacional e internacional;

h) contra a intervenção política e militar dos EUA, especialmente nos países da América Latina;

i) participar das lutas em conjunto com as centrais, sindicatos e demais setores em luta contra a ocupação militar das tropas brasileiras no Haiti;

j) anular as dívidas externas dos países pobres. Expropriar os latifúndios e realizar reformas agrárias;

k) lutar contra a exploração capitalista e contra o pagamento da dívida pública externa;

l) manter a luta contra o sistema da grande propriedade privada dos meios de produção, baseado nas altas taxas de juros e no superávit econômico;

m) participar dos movimentos pela autodeterminação das nações e liberdade dos povos;

n) exigir do presidente Lula a retirada imediata das tropas do Haiti.

2 - POLÍTICA NACIONAL

2.1 - A CRISE MUNDIAL E O BRASIL

2.1.1 - A crise econômico-financeira, que eclodiu em escala global, a partir dos Estados Unidos, configura um momento traumático, porém, rico e definidor para todas as sociedades. Ela é a demonstração cabal de que o modo capitalista de produção, por sua própria essência, carrega irracionalidades insanáveis.

2.1.2 - Se por um lado altera incessantemente as forças produtivas, potencializadas, agora por direta associação com a notável dinâmica da ciência e da tecnologia, o que resulta em extraordinária expansão do merca-

do, em escala global, por outro lado, agrava problemas novos e antigos que afligem a humanidade. Entre eles a desigualdade internacional e econômico-social, a violência e as guerras, a crise ambiental global, sem falar o desemprego estrutural, posto agora como uma realidade incontornável.

2.1.3 - Fenômenos como a fome, que cresce no mundo, apesar das conquistas técnico-científicas na agricultura, e processos como o crescente esgotamento ou degradação dos recursos naturais da biosfera, em decorrência do desperdício e das irracionalidades do modelo consumista, ilustram bem a dramaticidade desses problemas.

2.1.4 - A eclosão da atual crise, portanto, recoloca todas essas mazelas na ordem do dia e rearticula, no mundo todo, mesmo em termos ainda incipientes, forças políticas, sociais e intelectuais que, mesmo sem compartilhar um conjunto homogêneo de idéias e interesses imediatos, sem dispor de arcabouço coerente de programas e teorias capazes de reconfigurar uma nova alternativa histórica, possuem a virtude de tornar mais precisa a crítica das características contemporâneas do capitalismo para combatê-lo.

2.1.5 - A atual crise global do capitalismo, no entanto, independentemente de sua amplitude ou duração, certamente estimulará a gradual superação dessa inércia do pensar e agir, reforçando movimentos políticos que, no mundo inteiro e a partir das mais diferentes premissas, lutarão por mudanças econômicas, sociais e culturais, de caráter progressista, para recolocar as conquistas da globalização em um contexto mais favorável para os países em desenvolvimento e para as populações mais pobres.

2.2 - OS CONTRASTES SOCIAIS NO BRASIL SÃO ANTERIORES À CRISE

2.2.1 - No Brasil, os impasses da sociedade, a rigor, não necessitam da crise econômico-financeira mundial para serem expostos, porque o inegável processo de modernização e aumento de complexidade da economia e da sociedade continuou se dando pelo viés da modernização conservadora.

2.2.2 - Portanto, continuamos sendo uma terra de escandalosos contrastes, dos quais o maior e mais grave deles é, sem dúvida, o existente entre minorias ricas e maiorias pobres e miseráveis.

2.2.3 - Em 2008, por exemplo, as taxas de lucros dos bancos brasileiros, inclusive públicos, bateram recordes estratosféricos, enquanto a renda média proporcional dos trabalhadores, nos últimos 30 anos, cresceu apenas 1,2% proporcionalmente ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

2.2.4 - Esses impasses da sociedade brasileira têm criado as condições para o esgarçamento do tecido social, demonstrados em nossos índices de criminalidade, violência, queda nos índices da qualidade de ensino, dos serviços públicos, entre outros. Tais impasses ganharam novas conotações, pela frustração do programa anunciado, mas nunca efetivado, e tenderão, daqui por diante, a terem maior visibilidade no cenário nacional com as indicações de queda na taxa do PIB, provocada, entre outros fatores, pela redução da produção industrial, que faz o governo arrecadar menos, comprometendo os serviços e servidores públicos.

2.2.5 - Portanto, como simples cidadãos e, particularmente, como servidores, não podemos nos dar ao direito de não debater a crise estrutural do modelo econômico que aí está, tampouco deixar de lutar por mudanças estruturais.

2.3 - UM NOVO MODELO DE PAÍS PARA ALCANÇAR UMA SOCIEDADE MAIS IGUALITÁRIA E MAIS DESENVOLVIDA

2.3.1 - O povo brasileiro encontra-se diante de desafios cruciais para a definição do seu futuro como nação e como sociedade civilizada. Vítima de uma modernização conservadora, que reproduz, invariavelmente, as características de um modelo de crescimento profundamente concentrador de riqueza e, por conta disso, elitista e desigual, o Brasil precisa de mudanças estruturais, institucionais e políticas capazes de vencer esses desafios numa direção mais democrática, mais avançada tecnologicamente, mais eficiente e estável do ponto de vista da gestão pública e do desenvolvimento econômico, ambientalmente sustentável e, sobretudo, mais equitativa e humana do ponto de vista social.

2.3.2 - As inegáveis conquistas alcançadas pelo

Brasil em setores de ponta da economia, da pesquisa científica, da cultura e da vida social são, todavia, incapazes de encobrir o grande abismo que separa seu povo, com a continuidade das abissais desigualdades, o aumento assustador da violência, a deterioração das condições de vida da população trabalhadora ou excluída no ambiente das metrópoles e inquietantes fenômenos de degradação moral e ambiental.

2.3.3 - Decorridas mais de duas décadas da inauguração do período mais longo de democracia, os brasileiros persistem em exigir das forças políticas que se implante no país um projeto de desenvolvimento de longo curso, soberano, no contexto da globalização, e de magnitude capaz de alçá-lo ao nível das nações mais desenvolvidas.

2.3.4 - Até porque a chegada do maior partido de esquerda ao governo central simplesmente abdicou de implementar medidas que antes anunciava, aderindo ao uso de métodos e condutas das oligarquias políticas. Isso, evidentemente, produziu uma generalizada sensação de impotência e decepção nos segmentos que têm consciência da necessidade das mudanças.

2.3.5 - Depois de seis anos, o governo Lula tem se revelado paradoxalmente incapaz de inovar. Insiste em manter o modelo dependente e concentrador de renda que se perpetua no país, tendo como eixo os interesses do sistema financeiro; na área social, o avanço foi mínimo e, o que é pior, perde tempo ao insistir em políticas compensatórias e assistencialistas, limitadas para a redução efetiva das imensas desigualdades sociais, quando não perpetuadoras destas. Na questão agrária, há conflitos de interesses em sua gestão, posto que beneficiário e gestor se confundem na mesma pessoa. No meio ambiente, também ocorre este conflito de interesses que interdita e descredencia a interlocução com os movimentos políticos e sociais, para garantir avanços na sustentabilidade de nosso desenvolvimento.

2.4 - ROMPER COM O ATUAL MODELO DE DESENVOLVIMENTO

2.4.1 - Somados todos os aspectos da crise ambiental, chegou a hora de o Brasil fazer uma grande ruptura em termos do seu modelo de desenvolvimento.

2.4.2 - Nunca foi tão importante discutir esse modelo e desmistificar concepções atrasadas e elitistas que, em nome de um superado conceito de "progresso", continuam, de fato, a fundamentar uma acumulação capitalista avassaladora, baseada em perversa exploração de mão-de-obra e recursos naturais baratos, tendo o aparelho de Estado como fiador de atividades produtivas predatórias em virtude da não-aplicação das leis ambientais e dos princípios da sustentabilidade.

2.4.3 - Uma nova e urgente estratégia de desenvolvimento integrado é necessária, a fim de se enfrentar antigos preconceitos e dogmas para garantirmos, a um só tempo, a retomada do crescimento sustentado com melhor distribuição de renda; o fim da exclusão social, a redução das desigualdades e a inserção maior do país, com soberania e competitividade, no processo de globalização.

2.4.4 - PROPOSTAS:

a) manter o posicionamento autônomo frente aos governos Lula, Serra e Kassab, mediante constante mobilização para pressioná-los a romper com o atual modelo econômico de desenvolvimento e com o não-pagamento da dívida externa;

b) lutar pela aplicação de políticas públicas mediante a responsabilização dos governos pela oferta, financiamento e gestão, erradicando qualquer forma de terceirização e privatização dos serviços públicos;

c) lutar pela implementação da negociação coletiva e pelo direito de greve para todos os servidores públicos;

d) mobilizar a sociedade com vistas à ampliação do direito à educação pública, de qualidade social inclusiva, democrática, laica e gratuita para todos, em todos os níveis;

e) lutar pela ampliação do percentual do PIB para investimentos em educação, valorização dos educadores e fim da DRU;

f) defender a previdência pública e lutar pela revogação das reformas realizadas que implicaram em perdas para os profissionais de educação, demais servidores e trabalhadores;

g) defender e lutar pelo retorno do direito à aposentadoria especial para o magistério (docentes, gestores e ocupantes de funções deste quadro);

h) lutar pela implementação de uma sólida política nacional de formação de educadores (professores e funcionários de escolas), sob a responsabilidade do poder público e com oferta pelas instituições de ensino público superior;

i) propor à Central Única dos Trabalhadores (CUT) que realize mobilizações em conjunto com as demais centrais classistas, em defesa dos direitos dos trabalhadores;

j) lutar pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário, pela garantia de negociação coletiva no serviço público e pela ampliação dos direitos dos trabalhadores;

k) desenvolver campanhas que apontem para questões sociais como direitos dos aposentados, das mulheres, da criança e do adolescente, contra o trabalho infantil;

l) apoiar a luta indígena, quilombola e de outras etnias ou grupos minoritários;

m) lutar em defesa da segurança e promoção da saúde dos trabalhadores, com a constituição de comissões internas nos locais de trabalho e no serviço público;

n) promover o envolvimento dos trabalhadores em educação em todos os espaços de formulação de políticas públicas;

o) integrar a luta pela reforma tributária que taxe o grande capital;

p) defender estratégias destinadas a promover a redistribuição de recursos, política de emprego, aumento constante dos salários de maneira que acompanhe o crescimento da produtividade, políticas de distribuição de renda e de propriedades, elevação do salário mínimo, taxaço das grandes fortunas, reforma tributária de forma que os ricos paguem mais que os pobres;

q) defender a oferta plena de bens e serviços públicos universais e com qualidade, principalmente educação, saúde, transporte e moradia;

r) participar de ações que defendam a economia nacional, combatendo a remessa de dólares para o Exterior, em forma de transferências, lucros, "royalties" e biopirataria;

s) revogação das Leis nº 9.637 e nº 9.648, do governo FHC, ainda em vigor no governo Lula que regulamentam as organizações sociais no serviço público;

t) verbas públicas exclusivamente para a manutenção e ampliação dos serviços públicos;

u) pelo fim dos leilões das áreas petrolíferas, o pré-sal é nosso, por uma Petrobrás 100% estatal, que reverta os lucros da exploração do petróleo brasileiro para a recuperação dos serviços públicos, sobretudo para a educação e saúde;

v) anulação do leilão da Vale, privatizada pelo PSDB e DEM, e mantida pelo governo Lula, que há anos lesam a nação em benefício dos especuladores;

w) pela efetiva execução da reforma agrária, em defesa da soberania alimentar;

x) reforma agrária, sob o controle dos trabalhadores;

y) defender estratégias destinadas a promover a redistribuição de recursos, política de emprego, aumento constante dos salários de maneira que acompanhe o crescimento da produtividade, políticas de distribuição de renda e de propriedades, elevação do salário mínimo, taxaço das grandes fortunas, reforma tributária de forma que os ricos paguem e redução da jornada de trabalho sem redução dos salários.

2.4.5 - ENCAMINHAMENTOS:

a) o SINPEEM deve continuar participando, promovendo e realizando debates sobre a crise mundial e as alternativas políticas para os trabalhadores;

b) o SINPEEM deve continuar participando das lutas organizadas e realizadas pela CUT, em conjunto com as demais organizações de trabalhadores.

2.5 - POR UMA CLARA OPÇÃO PELA EDUCAÇÃO

2.5.1 - No que diz respeito às políticas públicas, além de exigir a sua elevação a um novo patamar de investimentos, qualidade, gestão participativa e transparência, devemos lutar para que os governos traduzam as reiteradas declarações de uma clara opção pela Educação em uma verdadeira revolução no país. Precisa-se introduzir um sistema de ensino e formação cada vez mais adequado a uma sociedade e a uma economia em mudança, qualificar a escola pública, tornar obrigatório o ensino médio, isto é, a conclusão da educação básica, a fim de fazer o jovem, além de dominar conteúdos, se relacionar com o conhecimento de forma ativa, construtiva e criadora, e alargando as novas oportunidades de formação para todos.

2.5.2 - Temos consciência de que a democratização da educação é elemento constitutivo da política de radicalidade democrática, em todas as dimensões da vida, por contribuir na construção de novos sujeitos sociais capazes de interferir no processo transformador da sociedade. Democratizar a educação significa:

a) assegurar a todos os brasileiros as condições de acesso e permanência no sistema da educação escolar, através da oferta do ensino público e gratuito em todos os níveis;

b) assegurar uma educação básica de qualidade, contemplando o atendimento do pré-escolar, o ensino fundamental e médio, inclusive a oferta do ensino noturno regular para jovens e adultos;

c) instaurar a escola básica produtora e transformadora das normas do saber escolástico para novos rumos do conhecer, participar e viver, buscando a superação da escola de hoje, reprodutora dos valores e ideais de desigualdade social;

d) proporcionar a educação profissional em nível técnico mediante ampliação do ensino médio em concordância com o progresso científico tecnológico e as necessidades do processo produtivo e suas especializações;

e) implantar uma política de valorização do magistério, garantindo-lhe condições dignas de trabalho e remuneração adequada às suas responsabilidades profissionais e níveis de formação;

f) cumprimento dos dispositivos constitucionais de aplicação pela União, estados, Distrito Federal e municípios das respectivas quotas do orçamento na manipulação e desenvolvimento do ensino;

g) democratização dos órgãos decisórios, através da participação organizada dos profissionais da educação, alunos, pais, organizações comunitárias nos Conselhos Deliberativos, tendo como atribuição inclusive o emprego de mecanismos para o controle da aplicação de recursos destinados à rede pública de ensino;

h) recuperação da credibilidade social da universidade pública frente ao seu papel de produtora do saber científico e tecnológico, na estrita relação com os mundos do trabalho e da cultura;

i) autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial no sentido do fortalecimento da universidade pública.

3 - POLÍTICA EDUCACIONAL

3.1 - PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

3.1.1 - Segundo o cronograma elaborado pela Comissão Executiva, responsável pela discussão e elaboração de uma proposta de Plano Municipal de Educação (PME) e divulgado pela SME, o projeto de lei dispendido sobre esta matéria deverá ser finalizado, encaminhado, debatido e votado pela Câmara Municipal no próximo ano. O Plano Municipal de Educação não deve ser tomado como um simples plano de construções de escolas, tampouco instrumento que resolverá, como num passe de mágica, todos os problemas e gargalos da educação na cidade de São Paulo.

3.1.2 - Sua elaboração deve considerar as diretrizes fixadas pelo Plano Nacional de Educação, no Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo e no Plano de Metas do governo municipal.

3.1.3 - A construção de uma nação soberana passa, essencialmente, pela qualidade social da educação.

O Plano de Desenvolvimento da Educação precisa estar intimamente ligado a um Projeto de Desenvolvimento Nacional, cujos pilares devem ser assentados sobre a garantia de direitos sociais, valorização do emprego e acesso amplo e universal à educação de qualidade.

3.1.4 - Um dos maiores entraves à universalização da educação tem base na concepção "privatista" que transforma o direito à educação em mercadoria, de oferta não-exclusiva do Estado, sujeita à especulação mercantil. É necessário o resgate do caráter social das instituições de ensino.

3.1.5 - Inclusão, permanência e desempenho estão relacionados ao respeito às diversidades étnico-racial, cultural, religiosa, de gênero, orientação sexual e acesso de pessoas com necessidades especiais. Devem-se respeitar a laicidade e o direito à organização estudantil e sindical. Também ressalta-se o caráter deliberativo dos Conselhos de Escola.

3.1.6 - Os governos Lula, Serra e Kassab seguem aplicando a política privatista na educação. No âmbito federal, através do Prouni, o governo desvia recursos públicos para o ensino privado e a proposta de reforma do ensino médio abre possibilidades das aulas serem ministradas por ONGs.

3.1.7 - Segundo o portal da SME, a rede municipal possui 1.834 unidades de educação infantil, sendo que 506 correspondem a Emeis, 357 a CEIs diretos, 309 indiretos e 662 creches conveniadas. Mais da metade das unidades está nas mãos de organizações sociais, revelando o caráter privatista da política educacional em São Paulo.

3.1.8 - É necessário que façamos uma campanha contra a privatização da educação infantil e em defesa dos serviços públicos. Devemos exigir o retorno imediato dos CEIs indiretos, para o controle da Prefeitura e a ampliação da rede física, para o atendimento à demanda na educação infantil.

3.2 - SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

3.2.1 - Para o SINPEEM, o Plano Municipal de Educação tem de ser fundado em princípios e diretrizes gerais, metas e ações de caráter político-educacional e pedagógico. Não pode, de forma alguma, dissociar os objetivos a serem alcançados pelos sistemas das condições necessárias para o seu alcance. A formação e a valorização profissional, a organização do ensino e a qualidade desejada, bem como os recursos necessários para o seu financiamento não podem ser relegados a matérias secundárias.

3.2.2 - Os governos já definiram a política educacional. Agora, realizam a Conae, precedida pelas conferências estaduais e municipais. Essas conferências são fóruns em que o governo usa a representação dos trabalhadores para legitimar sua política, visto que os trabalhadores representam uma minoria na Conferência.

3.2.3 - Teremos, no próximo período, a discussão dos Planos Municipal (PME) e Nacional (Conae) de Educação. Esses planos estabelecerão a política educacional para a próxima década e a categoria não pode ficar de fora do debate, da apresentação de nossas contribuições e de nosso balanço das políticas dos governos.

3.2.4 - Desde 2008, ocorrem reuniões na SME relativas ao tema e, em breve, será publicado um texto referencial para o debate. Os profissionais da rede municipal de ensino serão chamados a participar da construção do Plano Municipal de Educação (PME).

3.2.5 - O governo promete publicar cronograma para desencadear um processo de realização de plenárias por microrregiões, até culminar em um congresso de educação da cidade, deliberativo.

3.2.6 - Entendemos que um Plano de Educação deve atender às necessidades diagnosticadas e os profissionais da rede municipal estão diretamente envolvidos neste desafio. Nossa voz precisa ser ouvida!

3.2.7 - O compromisso com a escola pública, gratuita, laica e democrática para todos, em todos os níveis, deve ser encarado como marco diferenciador na elaboração e aprovação do Plano Municipal de Educação, que coloca em campos distintos as deliberações aprovadas por nossa categoria, em nossas instâncias, e as aprovadas e reivindicadas por organizações não-governamentais, que defendem a escola pública como direito, sem que, obrigatoriamente, seja estatal, fortalecendo os convênios, a terceirização e a privatização da educação.

3.2.8 - PROPOMOS QUE O SINPEEM:

- a) organize atividades que garantam visibilidade aos debates, para que toda a categoria possa participar;
- b) reúna a comissão aprovada no congresso, com calendário público, para organizar as resoluções deliberadas em congresso;
- c) receba novas contribuições e indique um calendário de Plenárias Regionalizadas de educadores;
- d) produza material de divulgação junto à categoria o mais rapidamente possível;
- e) ofereça condições para que a participação do sindicato na construção desses planos seja democrática e classista;
- f) elabore propostas e ações que defendam os interesses dos filhos e dos trabalhadores usuários da escola pública, assim como dos profissionais que nela trabalham.

3.3 - PRINCÍPIOS GERAIS QUE DEVERÃO CONSTAR NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

- 1 - **EDUCAÇÃO** - direito constitucional de todo cidadão, seja ele criança, jovem ou adulto.
- 2 - **ESCOLA** - instituição social que possibilita o acesso à cultura, nas suas múltiplas manifestações, concebida para a formação do cidadão, o que exige:
 - a) compreensão crítica do mundo - a superação de estereótipos e preconceitos;
 - b) articulação entre os interesses da sociedade e do indivíduo, considerado como membro da comunidade;
 - c) formação intelectual, física, ética, estética, técnica e de opinião;
 - d) unidade e integração entre o conhecimento, o trabalho e as práticas sociais;
 - e) equilíbrio entre formação geral e formação profissional, não-subordinada aos interesses do mercado.

3 - ESCOLA PÚBLICA, GRATUITA E LAICA:

- a) para o SINPEEM, esta escola é de responsabilidade do Estado (poder público), com acesso a todos, sem discriminação ou privilégio, não-excludente, não-segregacionista, aberta ao controle da população organizada;
- b) para o SINPEEM, esta escola é financiada e mantida pelo poder público, em todos os graus, níveis, modalidades de ensino. A exclusividade da aplicação da verba pública para escola pública é para nós inegociável;
- c) para o SINPEEM, esta escola e educação tem obrigatoriamente caráter científico e democrático, independentemente de credo e religião.

3.4 - DIRETRIZES GERAIS QUE DEVEM SER PREVISTAS NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

3.4.1 - A aplicação dos princípios e diretrizes educacionais que defendemos visa à democratização do acesso e da permanência na escola, e a urgente necessidade da elevação da qualidade de ensino, com a valorização de seus profissionais. A inclusão dos alunos com deficiência também faz parte dos nossos objetivos educacionais. São princípios e diretrizes que entendemos imprescindíveis, que devem constar no PME e integrar as ações de governo, dos profissionais de educação e da sociedade.

3.4.2 - UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO E PERMANÊNCIA EM TODOS OS NÍVEIS, ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO:

- a) aumento do número de vagas nos diversos programas e serviços, segundo prioridades estabelecidas;
- b) previsão de realização de estudos periódicos da demanda por região;
- c) vinculação do atendimento à demanda de acordo com as características de povoamento da região;
- d) vinculação de autorização para a construção de conjuntos habitacionais, à construção de Centros de Educação Infantil, Escolas Municipais de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de Ensino Médio;

e) redução dos índices de repetência e evasão, buscando a eliminação de ambos, com efetivo atendimento aos alunos com dificuldades de aprendizagem, abrangendo não só aspectos cognitivos, mas de apoio às áreas de saúde física e mental, com projetos especiais em todas as unidades educacionais.

3.4.3 - MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO:

- a) previsão de realização periódica de reorientação curricular com redefinição dos conteúdos, reorganização do trabalho pedagógico e organização do ensino com a participação efetiva dos profissionais de educação e da comunidade;
- b) formação continuada dos profissionais em educação, com garantia de igualdade de oportunidades, através de cursos de graduação e/ou pós-graduação oferecidos, preferencialmente, pelas universidades públicas em convênio com a SME e de acordo com a opção de curso feita pelo trabalhador em educação;
- c) assessoria pedagógica e administrativa às unidades escolares;
- d) aprimoramento do material didático;
- e) desenvolvimento de projetos culturais, artísticos, esportivos e outros;
- f) que haja pelo menos uma quadra coberta em cada escola de ensino fundamental;

g) efetiva participação do Conselho Tutelar nas escolas, com visitas periódicas de maior intensidade, criando um canal maior de contato e comunicação com as unidades escolares, como também uma melhor formação dos conselheiros para atender aos princípios de uma escola democrática, laica, inclusiva e de qualidade social; ampliação do quadro de funcionários, com formação em serviço social e psicologia, disponíveis nas Varas de Infância e Juventude;

h) reuniões de pólos das unidades escolares, a cada semestre, no mínimo, para troca de experiências e maior sintonia entre as DREs.

3.4.4 - PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA DE PAIS, ALUNOS E COMUNIDADES:

- a) gestão coletiva - efetivo funcionamento do Conselho de Escola como espaço de articulação do projeto pedagógico, de formação, instalação e funcionamento de Conselhos Regionais de Gestão da Educação;
- b) incentivo, respeito e compromisso à organização e representação de estudantes, profissionais da educação, funcionários e pais de alunos;
- c) ampliação das condições de participação da comunidade na vida da escola;
- d) aprimoramento dos canais de comunicação e livre circulação de informações das escolas entre si; entre as escolas e SME; entre as escolas e outras instâncias; com uso das novas tecnologias de informação e comunicação;

e) Conselho Municipal de Educação com estrutura e composição democrática, com participação e representação de todos os segmentos da sociedade envolvidos com a educação e o processo eletivo;

f) autonomia da escola na elaboração, execução e avaliação de planos e projetos, respeitados os princípios e diretrizes do Plano Municipal de Educação e garantido seu acompanhamento pelos órgãos competentes do governo municipal e os de representação do corpo docente, dos educandos e da população organizada.

3.4.5 - FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFSSIONAL:

- a) investidura na carreira por concurso público de provas e títulos e acesso para as classes que compõem as carreiras que integram o Quadro dos Profissionais de Educação;
- b) remuneração compatível com a responsabilidade e importância estratégica do serviço público e da educação;
- c) piso salarial, no início da carreira e para a menor jornada de trabalho, nunca inferior ao valor do salário mínimo, calculado pelo Dieese;

d) valorização do tempo de serviço e combinação deste com títulos como componente para enquadramento por evolução;

e) progressão salarial na carreira, por incentivos que contemplem titulação, experiência, participação em projetos e programas; atualização e aperfeiçoamento profissional;

f) para a constituição da Jeif, devem ser computadas aulas/classes atribuídas para regência, assim como turmas de reforço e recuperação, de treinamento esportivo e de iniciação teatral, musical e dança, entre outros, ocupando espaços que poderiam vir a ser de oficinairos;

g) criação do Centro Municipal de Formação da SME e do programa de formação continuada nas modalidades presencial e a distância, com o objetivo de melhorar a qualificação e habilitação profissional na educação; formação continuada para os educadores em entidades públicas, garantia da dispensa de ponto para formação, afastamento remunerado para cursos, mestrado e doutorado; criação da função de professor formador, nos moldes do professor de acompanhamento e inclusão (Paai), nos Centros de Formação da SME, no âmbito regional, em processo seletivo interno, com critérios objetivos de seleção, buscando ampliar o campo de atuação na rede municipal de ensino e o aproveitamento das experiências e o conhecimento acumulado.

h) prover a formação dos profissionais de educação, de modo a atender as especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica;

i) assegurar programas permanentes e regulares de formação continuada para aperfeiçoamento profissional, inclusive em nível de pós-graduação;

j) utilizar as horas adicionais e atividades das jornadas, bem como parte das jornadas dos gestores e dos demais profissionais de educação para a formação profissional e programas de incentivo à cultura geral; composição de um terço da JBD para formação e pelo direito de opção pela jornada básica (antiga JB) sem restrição de outros direitos;

k) formação continuada para o uso das tecnologias pelos educadores;

l) avaliação do profissional de educação e do sistema de ensino desvinculado de retribuição pecuniária ou sanções funcionais/administrativas, com vistas à superação das dificuldades detectadas para o desempenho profissional ou dos sistemas;

m) processo de avaliação teórica e prática elaborado coletivamente pelo órgão executivo e os profissionais de educação abrangendo:

m.1) formulação das políticas educacionais;

m.2) aplicação das políticas educacionais pelas redes de ensino;

m.3) desempenho dos profissionais do magistério e do quadro de apoio à educação;

m.4) estrutura escolar;

m.5) as condições sócioeducativas dos educandos;

m.6) os resultados alcançados pelas unidades e pelo sistema de ensino.

3.4.6 - AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

3.4.6.1 - A avaliação institucional que vier a ser implementada deverá reconhecer a interdependência entre o trabalho do profissional de educação e o funcionamento geral do sistema de ensino. Portanto, deve ser compreendida como um processo global e permanente de análise de atividades, a fim de proporcionar ao profissional de educação análise de sua prática, percebendo seus pontos positivos e visualizando caminhos para a superação de suas dificuldades, possibilitando seu crescimento profissional e ao sistema de ensino indicadores que permitam o aprimoramento do processo educativo.

3.4.6.2 - No município, Kassab impõe uma política cujos eixos centrais são as avaliações e a privatização do ensino. O sistema de avaliações compreende as avaliações internas e externas. As avaliações externas: Prova Brasil, Prova São Paulo e Prova da Cidade, que têm como

base os referenciais curriculares impostos pela Prefeitura. As avaliações internas, como a de desempenho, colocam o profissional de educação na "mão da chefia". São, também, instrumentos que permitem demitir o funcionário por insuficiência de desempenho, conforme previsto na Emenda Constitucional nº 19.

3.4.6.3 - A desmoralização do funcionário serve como justificativa para privatizar, com terceirizações, concessões e convênios, amplamente utilizados nos CEIs.

3.4.6.4 - O SINPEEM deve promover uma luta ampla contra as medidas de Kassab. É preciso construir neste Congresso um plano de lutas que coloque os profissionais em educação nas ruas, lutando por seus direitos:

- a) mais verbas para a educação;
- b) concurso público imediato para o quadro de apoio;
- c) contra as privatizações;
- d) não às avaliações externas;
- e) diminuição do número de alunos por sala de aula.

3.4.6.5 - A avaliação institucional corresponde hoje à desregulamentação do Estado, que pouco se preocupa em dar condições para, de fato, enxergar a realidade da educação pública e assim melhorá-la, mas utiliza a avaliação externa para premiar e punir tanto escolas como profissionais, em especial com a política de bônus. A avaliação do aluno é usada como o único indicativo da qualidade do ensino, desconsiderando inúmeros fatores da realidade educacional.

3.4.6.6 - Diante das avaliações institucionais, o SINPEEM:

a) se posiciona contrariamente às avaliações externas. Ao contrário do que os governantes apregoam, o intuito, de fato, é responsabilizar o servidor pelas mazelas causadas pela própria omissão do governo;

b) deve fazer uma abordagem crítica das avaliações, revelando os aspectos de dominação e controle inevitáveis ao sistema capitalista. Portanto, fazer qualquer concessão às avaliações é permitir o avanço do processo de responsabilização do servidor sobre a má qualidade dos serviços, é alimentar na população a ilusão de que um governo comprometido com os interesses privados poderá ter algum outro intuito, se não a precarização da educação;

c) deve liderar a luta para esclarecer a população quanto ao intuito do governo em opor os interesses dos profissionais em educação aos interesses dos trabalhadores em geral. Deve ser o primeiro a denunciar que a racionalidade administrativa, coroada pela política de controle por meio das avaliações externas, visa desfocar o real problema – falta de investimento na educação – para os seus efeitos;

d) deve apontar a avaliação como mais um instrumento disfarçado, que visa também à perpetuação do modelo, além de tentar coibir os trabalhadores na luta pela sua valorização e melhoria das condições de trabalho.

3.4.6.7 - O SINPEEM deve se posicionar contra a avaliação de desempenho, pois esta tem por objetivo penalizar os profissionais de educação.

3.4.6.8 - Também deve reivindicar do poder público uma auditoria nos mecanismos de avaliação de desempenho, com a participação dos sindicatos. Esta auditoria deve explicitar a metodologia, os princípios e seus objetivos, no sentido de contribuir para o desenvolvimento de um projeto educacional ético e democrático.

3.4.6.9 - DEFENDEMOS QUE TODO E QUALQUER PROCESSO DE AVALIAÇÃO DEVE CONSIDERAR:

a) as dimensões intra e extraescolares devem ser consideradas de maneira articulada, na efetivação de uma política educacional direcionada à garantia de educação de qualidade para todos;

b) a construção de uma educação de qualidade deve considerar a dimensão socioeconômica e cultural, uma vez que o ato educativo se dá em um contexto de posições e disposições no espaço social, de heterogeneidade e pluralidade sociocultural, que repercutem e também se fazem presentes nas instituições educativas;

c) a criação das condições, dimensões e fatores para a oferta de um ensino de qualidade social;

d) o reconhecimento de que a qualidade da educação para todos, entendida como qualidade social, implica em garantir a promoção e a atualização histórico-cultural em termos de formação sólida, crítica, ética e solidária, em sintonia com as políticas públicas de inclusão, de resgate social e do mundo do trabalho, tendo em vista, principalmente, a formação sociocultural do Brasil;

e) os processos educativos e os resultados dos estudantes para uma aprendizagem mais significativa resultam de ações concretas, com o objetivo de democratizar os processos de organização e gestão, das práticas curriculares, dos processos formativos, do planejamento pedagógico, dos processos de participação, da dinâmica da avaliação e, portanto, do sucesso escolar dos estudantes. As avaliações externas tão bem utilizadas pelo governo e pela mídia para responsabilizar os profissionais em Educação pelos resultados obtidos em nada refletem nas diferentes realidades.

f) as relações entre número de estudantes por turma, estudantes por docentes e estudantes por funcionários são aspectos importantes e condições da oferta de educação de qualidade;

g) o financiamento público é fundamental para estabelecer condições objetivas de oferta de educação de qualidade e para implementar uma educação básica que respeite a diversidade, envolvendo estudos específicos sobre diferentes níveis, etapas e modalidades educativas;

h) a estrutura e as características da instituição que traduzem positiva ou negativamente a qualidade da aprendizagem – em especial quanto aos projetos desenvolvidos, o ambiente educativo e/ou o clima organizacional, o tipo e as condições de gestão, o projeto político-pedagógico, a participação e integração da comunidade escolar, a formação e condições de trabalho dos profissionais de educação, a dimensão do acesso, permanência e sucesso escolar;

i) a livre organização sindical e estudantil garantida;

j) as políticas devem estimular a motivação, a satisfação com o trabalho e a identificação dos professores com a instituição educativa, associadas à formação inicial e continuada, bem como à estruturação de planos de carreira compatíveis com os profissionais da educação;

k) a satisfação e o engajamento ativo dos diferentes segmentos e, sobretudo, do estudante e do professor, no processo ensino/aprendizagem como fator de fundamental importância para a melhoria do desempenho escolar e para o sucesso na escola;

l) o apoio técnico e financeiro, por parte da Prefeitura, destinado a melhorar as condições de trabalho e erradicar e prevenir a incidência de doenças profissionais;

m) a aplicação integral dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino, além de outros destinados, por lei, à educação;

n) a garantia da adequação da relação numérica professor/educando em todas etapas e modalidades de ensino da educação básica, conforme aprovado em congressos pelos profissionais de educação, a fim de elevar a qualidade da educação e atender às condições de trabalho dos educadores.

3.4.7 - SME DEVE TER PROGRAMAS E PROJETOS INTEGRADOS

3.4.7.1 - A Secretaria Municipal de Educação e os órgãos afins devem atuar integrando:

a) os programas que compõem o Plano de Educação;

b) a escola e a comunidade;

c) as modalidades e níveis de ensino, ciclos e séries;

d) as disciplinas/atividades;

e) a programação regular e os projetos específicos;

f) a formação geral e a formação profissional;

g) os alunos com necessidades educativas especiais e demais alunos, nos diferentes graus, níveis, séries, modalidades de ensino.

3.4.7.2 - UNIDADE NA DIVERSIDADE:

a) relação entre os princípios e diretrizes comuns e

as especificidades de cada serviço, escola, localidade, contexto e situação;

b) ordenamento graduado e inter-relacionado do ensino, em ciclos, articulado horizontal e verticalmente, prevendo-se mecanismos democráticos de passagem de um a outro;

c) superação da fragmentação entre atividades e componentes curriculares, atendendo-se às características e métodos próprios de cada área do conhecimento.

3.4.7.3 - AMPLIAÇÃO DOS HORIZONTES CULTURAIS:

a) ensino que possibilite o conhecimento crítico de múltiplas abordagens teóricas;

b) ensino que possibilite às crianças, adolescentes, jovens e adultos desenvolver e expandir o interesse pela cultura;

c) ensino que respeite a individualidade do aluno, estimulando-o a colocá-la a serviço da sociedade e a desenvolver, conscientemente, a disciplina individual e a disciplina coletiva, no sentido da responsabilidade pessoal e social, visando ao exercício pleno da cidadania.

3.4.7.4 - AÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS NECESSÁRIAS:

a) realização da reforma administrativa na SME que lhe garanta a autonomia na execução do orçamento da educação;

b) orçamento participativo: a gestão da receita, vinculada à educação deve ser de responsabilidade dos órgãos centrais, com transparência e participação dos demais órgãos do sistema de ensino e da comunidade na definição de prioridades;

c) que seja de sua competência, com a participação da sociedade, através das suas organizações representativas, a definição de programas, investimentos, planos de expansão da rede física, concursos e contratações de pessoal e de serviços;

d) criação e funcionamento do Conselho de Estudo da Demanda, eleito pelo Conselho de Escola e com representantes de entidades ligadas à educação;

e) criação de departamentos regionais de planejamento, programas e projetos, e execução de políticas educacionais para as áreas correspondentes às subprefeituras;

f) transformação das Diretorias Regionais de Educação em órgãos de coordenação e apoio ao processo pedagógico nas unidades educacionais e apoio funcional aos profissionais da educação;

g) criação da carreira de pessoal técnico-administrativo para ocupação de cargos e funções nos órgãos de SME;

h) estabelecimento de critérios e realização de seleção, aberta a todos, para o preenchimento de funções de livre designação, para superar as atuais indicações de caráter político e pessoal;

i) autonomia para as escolas construírem seu projeto pedagógico, com garantia de formação profissional continuada e recursos financeiros com autonomia para a contratação de assessoria técnica para que, realmente, se construa e implemente um projeto a serviço da melhoria do ensino público; e atendimento às necessidades de recursos humanos da unidade para este projeto;

j) fixação nos âmbitos municipal, estadual e federal do número máximo de alunos em sala de aula:

Criança/idade	nº de educadores	alunos por sala
0 a 11 meses	1	5
1 ano a 1 ano e 11 meses	1	8
2 anos a 2 anos 11 meses	1	12
3 anos a 3 anos 11 meses	1	15
4 anos a 4 anos 11 meses	1	20
5 anos a 6 anos 11 meses	1	25
ensino fundamental	1	25
ensino médio	1	25
Educação de Jovens e Adultos	1	25
Emee – 1º ao 4º ano	1	6 a 8
Emee – 5º ao 8º ano	1	8 a 10

3.4.7.5 - PAPEL DOS ÓRGÃOS INTERMEDIÁRIOS DE SME:

a) redefinir as atribuições das DREs: sua tarefa essencial será a de coordenar o trabalho educacional na região a partir da realidade e das necessidades das unidades escolares com relação aos recursos humanos, materiais e orientação técnica, conciliando a autonomia das unidades escolares com a defesa do sistema público de ensino;

b) as atribuições dos supervisores estarão direcionadas à integração pedagógica entre unidades educacionais e de fiscalização em instituições educacionais particulares;

c) orçamento participativo para a definição das prioridades regionais;

d) criação e funcionamento dos Conselhos Regionais de Gestão da Educação, composto por profissionais de educação, representação da DRE e da população local.

3.4.7.6 - AÇÕES VOLTADAS À UNIDADE ESCOLAR:

a) escola como unidade de despesa para execução dos projetos pedagógicos, programas, conservação e manutenção;

b) Conselho de Escola de caráter deliberativo;

c) revisão da avaliação de desempenho e dos critérios de utilizados, diferenciando o que é de responsabilidade individual e o que deixou de ser feito por insuficiência de materiais, condições de trabalho ou por irresponsabilidade das autoridades municipais com o serviço público;

d) autonomia total da escola para a execução da verba oriunda do PTRF e prestação de contas no final do ano;

e) construção de unidades escolares para atender toda a demanda no município de São Paulo e realização do censo educacional do município;

f) qualificação arquitetônica das unidades para que atendam à sua finalidade e todas as normas de acessibilidade.

g) que o SINPEEM realize debates com a categoria sobre a eleição para diretor de escola, presente no eixo Gestão Democrática durante a última Conferência da CNTE.

3.4.7.7 - QUESTÕES ADMINISTRATIVAS

a) descontos no holerite referentes aos débitos gerados devem ser efetuados em parcelas de, no máximo, 10% do rendimento líquido e não do rendimento bruto.

3.5 - ORGANIZAÇÃO DO ENSINO E AVALIAÇÃO

3.5.1 - A organização do ensino em ciclos, bem como as avaliações que são realizadas para medir o desempenho dos alunos, tem sido assunto recorrente dos especialistas e também dos que nada entendem sobre educação e políticas públicas. No geral, após a divulgação dos resultados das avaliações, associam o fraco desempenho dos alunos à forma de organização do ensino à progressão continuada e à insuficiente formação dos profissionais de educação. São raras as conclusões que apontam as responsabilidades do poder público que não cumpriu suas obrigações legais, deixando de oferecer os recursos e meios necessários para que a organização do ensino em ciclos tivesse como consequência a oferta de ensino de qualidade.

3.6 - AVALIAÇÕES EXTERNAS: POLÍTICA DE CONTROLE DA ESCOLA PÚBLICA

3.6.1 - Nos últimos anos, temos visto uma série de avaliações que vêm sendo aplicadas nas escolas públicas. Em nível federal, Provinha Brasil, Prova Brasil, Enem e Saeb. Em nível estadual, o Saesp e, no município, a Prova São Paulo. Em todos os casos, a justificativa é a mesma: avaliar para conhecer os problemas e melhor aplicar as verbas. Na prática, não é o que ocorre, uma vez que as avaliações vêm sendo utilizadas para desqualificar professores, alunos e a educação pública.

3.6.2 - A lógica das avaliações externas é contraditória. Enquanto discutimos a necessidade de se avaliar por meio de diversos instrumentos, uma única prova é utilizada para apontar o desempenho dos alunos e da escola. Pior ainda, este resultado é utilizado para expor e penalizar alunos e professores.

3.6.3 - O debate sobre a qualidade do ensino público não pode ficar reduzido ao desempenho dos alunos em avaliações externas. Sabemos que as novas gerações estão diariamente expostas ao excesso de informação e com acesso a diferentes mídias. A redução do número de alunos permitirá melhor acompanhamento do professor na organização do conhecimento.

3.6.4 - Pelo fim das avaliações externas, por mais verbas para a educação, pelo fim do repasse de verbas públicas para o setor privado, pela diminuição do número de alunos por sala.

3.6.5 - Consideramos que a organização do ensino em ciclos é teórica e funcionalmente necessária e pode ter excelentes resultados, desde que:

a) seja efetivado um trabalho político-pedagógico e administrativo sistemático que favoreça a real implantação do ciclo;

b) seja estabelecido como princípio a qualidade social da educação, priorizando as relações humanizadas, sustentáveis e solidárias;

c) seja realizada a reorganização curricular, tendo em vista a organização em ciclos e as diferentes etapas de desenvolvimento da capacidade de aprendizagem dos alunos;

d) sejam realizadas a manutenção do laboratório de informática e a adequação do número de computadores e Poies em proporção ao número de alunos, salas e turnos das unidades escolares;

e) sejam efetivadas ações planejadas de formação continuada, a ser realizada pela DOT/DRE, para os profissionais de educação envolvidos com o ensino fundamental, visando a compreensão de como atuar nos ciclos;

f) sejam realizadas reuniões/seminários, considerando-os como dia letivo, com os pais, alunos e profissionais de educação, para realizar a avaliação do projeto pedagógico da unidade, os resultados alcançados e as alterações necessárias;

g) seja garantido meios, espaço, material e profissionais de educação, para o acompanhamento mais individualizado dos alunos, principalmente daqueles com dificuldade de aprendizagem;

h) sejam determinados pela SME, ouvidos os profissionais de educação, os eixos norteadores da estrutura e funcionamento dos ciclos;

i) seja realizada a avaliação contínua e diagnóstica acompanhada das condições necessárias para executar atividades que permitam aos alunos superar dificuldades, sem promoção automática e com direito à recuperação paralela;

j) as salas de SAP e Sapnes funcionem de acordo com as necessidades dos alunos e não como recuperação paralela;

k) na estruturação dos ciclos seja considerado como ponto de referência o desenvolvimento do aluno e não a organização dos conteúdos;

l) seja considerado o princípio de progressão do aluno em contraposição às idéias de promoção automática ou de promoção/retenção;

m) seja assegurada às unidades a liberdade de organização de turmas com número de alunos determinado pelas necessidades pedagógicas, conforme projeto aprovado pelo Conselho, sem jamais ultrapassar o máximo por turma/classe, que defendemos como reivindicação, aprovada em nossas assembleias e congressos;

n) a organização do ensino em ciclos seja planejada considerando que:

n.1) todos tenham o direito ao conhecimento;

n.2) a organização do ensino em ciclos está, necessariamente, ligada à concepção de escola democrática, que respeita as diferenças culturais, étnicas sociais e econômicas;

n.3) a construção do conhecimento não pode ser fragmentada;

n.4) é necessário garantir o acesso ao conhecimento através da formação de equipes multidisciplinares que tra-

balhem aspectos que interferem no processo ensino/aprendizagem;

n.5) a necessidade de recuperação paralela dos educandos com defasagem de aprendizagem desenvolvida por professores remunerados para tal fim e integrada ao projeto pedagógico da escola;

n.6) o espaço físico adequado e material diversificado para a realização da recuperação paralela, durante todo o ciclo são condições necessárias para o êxito do aluno;

n.7) garanta a representatividade pluriétnica da sociedade no currículo escolar;

n.8) o planejamento deve deixar de ser por série, adequando-o à organização do ensino por ciclos, de acordo com as necessidades de aprendizagem dos alunos;

n.9) o módulo de professores por unidade escolar deve ser redefinido para assegurar a execução dos trabalhos de apoio e reforço de aprendizagem;

n.10) existe a necessidade de atividades extraclasse, com duração e formas subordinadas às necessidades pedagógicas;

n.11) a autonomia da escola seja sustentada pela existência de relações democráticas entre as unidades escolares e os órgãos centrais;

n.12) a realização de estudos com elevado teor científico para avaliar os problemas que dificultaram a real implantação dos ciclos;

n.13) o registro permanente do processo educativo e do ensino/aprendizagem e avaliação coletiva e global no final de cada ciclo é imprescindível;

n.14) a avaliação coletiva deve abranger todos os envolvidos no processo educacional e todos os aspectos que interferem no aproveitamento dos alunos e os resultados definam ações e graus de responsabilidades dos envolvidos, no processo ensino/aprendizagem;

n.15) considere na avaliação do aluno todos os aspectos do seu desenvolvimento: conhecimento, socialização, formação de valores e habilidades cognitivas;

n.16) considere a avaliação não como instrumento para identificar fracassos, mas para identificar as necessidades da escola para superar as desigualdades nas condições de aprendizagem.

3.6.6 - ENCAMINHAMENTOS:

a) que os SINPEEM realize campanhas em defesa dos ciclos de aprendizagem vinculadas à cobrança para que o governo ofereça todas as condições materiais, formação e valorização dos profissionais de educação;

b) que o SINPEEM realize lutas para que o governo adapte a estrutura de todas as escolas à organização do ensino em ciclos;

c) que o SINPEEM defenda e lute para que o governo ofereça cursos para todos os profissionais de educação visando superação de dificuldades existentes na organização do ensino em ciclos.

3.7 - AÇÕES VOLTADAS À EDUCAÇÃO INFANTIL

3.7.1 - A educação infantil tem sido negligenciada em sua oferta, uma vez que as crianças têm sido "depositadas" em salas, tanto nas Emeis como nos CEIs, ao mesmo tempo em que se veiculam propagandas do governo municipal sobre ampliação de vagas, superlotando salas de Emeis e CEIs e multiplicando os CEIs conveniados e os terceirizados.

3.7.2 - A entrada das crianças de três anos nas Emeis indica uma desresponsabilização do governo com o atendimento às crianças pequenas, reduzindo o tempo de permanência das mesmas na escola, e exige adequações que não têm ocorrido:

a) a educação infantil deve ter como objetivo o desenvolvimento integral da criança e ser adequada às características das diferentes idades;

b) avaliação não-limitada a um registro do desenvolvimento da criança, mas como diagnóstico para adoção de medidas que visem superar as suas dificuldades e avançar o seu desenvolvimento;

c) todos os profissionais de educação infantil devem ter uma visão do conjunto do processo educacional desta etapa da educação básica. Exigir da SME a garantia de formação continuada e definição CLARA de quais são as reais funções dos agentes de apoio e dos novos ATEs, em toda a rede, recém-chegados do último concurso, especialmente nos CEIs/Emeis. Concurso público para o quadro de apoio;

d) todas as instituições de educação infantil devem ter profissionais com formação mínima de magistério;

e) todas as unidades devem ter condições materiais, logística e de trabalho para os profissionais de educação;

f) programa de formação permanente dos docentes, gestores e quadro de apoio que atuam na educação infantil; professores orientadores de salas lúdicas (brinquedotecas) nos CEIs e nas Emeis, bem como nas séries iniciais do ensino fundamental;

g) denominar Escola de Educação Infantil todas as unidades que atendem crianças de até seis anos ou a completar até o início do ano letivo (mês de fevereiro);

h) equipar a escola para que ela também possa produzir os seus materiais com papéis diversos, lápis, copadoras etc., com capacidade suficiente para atender a demanda de todos os educadores da escola;

i) fim do rodízio de classes;

j) realização, pela SME, de convênios preferencialmente com as universidades públicas, para garantir a formação em nível superior a todos os profissionais de educação infantil;

k) aplicação de todos os direitos funcionais previstos no Quadro dos Profissionais de Educação e nas carreiras que o integram para os profissionais de CEI;

l) viabilização de condições adequadas de trabalho e de atendimento às crianças, melhorando a infraestrutura física, e o envio de materiais e verbas para os CEIs/Emeis;

m) atendimento em período integral, com propostas de trabalho e estrutura adequada nos equipamentos adequadas para as crianças de 0 a 6 anos e às famílias que precisarem;

n) universalização do atendimento, com percentuais definidos anualmente, para atender ao déficit, visando à expansão e garantia da oferta de educação infantil, inclusive para atendimento às crianças com necessidade especiais, estabelecendo uma política específica de financiamento, tornando-a obrigatória para o Estado;

o) construção de unidades de educação infantil deve ser feita com uma infraestrutura, abrangendo a construção física até os espaços de recreação e ludismo, passando pela adequação de equipamentos;

p) construção do projeto pedagógico nas unidades educacionais, considerando diretrizes curriculares e as experiências acumuladas na rede, expressando a organização educativa da escola, baseado no princípio da gestão democrática;

q) atendimento às crianças de 0 a 6 anos completos ou a completar até o início do ano letivo, exclusivamente nas unidades de educação infantil;

r) ampliação do atendimento pela rede público municipal, incorporando os CEIs indiretos;

s) reconhecimento da educação infantil como direito da criança e da família;

t) garantir que os profissionais de educação/as infantil tenham acesso às condições adequadas para sua formação profissional;

u) professores orientadores de sala de leitura (POSLS) nas Emeis;

v) professor de Educação Física e Educação Musical nas Emeis;

w) garantir vagas para toda a população em idade própria nos Centros de Educação Infantil e nas Escolas Municipais de Educação Infantil;

x) inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais e não apenas sua inserção – sem nenhum apoio

técnico, pedagógico – e material para os profissionais de educação infantil;

y) manutenção nos CEIs do módulo de saúde (dois auxiliares de enfermagem), também extensivo às Emeis, em respeito à concepção de que as instituições de educação infantil devem cuidar e educar.

x) denunciar a superlotação de salas nos CEIs e Emeis;

z) denunciar a existência de agrupamentos de até quatro turmas em salas de CEI, principalmente nos CEUs;

aa) exigir a construção de novos CEIs diretos e de Emeis a partir da demanda real;

bb) exigir o cumprimento da proporção criança/adulto nas escolas, para garantir atendimento de qualidade nos CEIs e Emeis;

cc) exigir o cumprimento da proporção criança/espaço físico para garantir o atendimento à criança pequena, considerando que o espaço físico necessita ser pensado com a existência de materiais pedagógicos e mobiliários projetados para um projeto pedagógico pensado para esta faixa etária.

3.7.2 - ENCAMINHAMENTOS:

a) que o SINPEEM organize e promova a Conferência de Educação Infantil e Políticas Públicas e convide outras entidades e movimentos sociais para debater a construção de uma política de educação infantil para a cidade de São Paulo.

b) propor aos sindicatos e aos movimentos e entidades populares, não-comprometidos com a política privatizante de Kassab, a realização de campanha contra a terceirização da educação infantil;

c) defender, no processo de elaboração do Plano Municipal de Educação (PME), a obrigatoriedade de Plano de Obras que estabeleça prazos para a substituição de toda a rede conveniada.

3.8 - ENSINO FUNDAMENTAL

3.8.1 - Os governos do Estado e do Município compartilham a responsabilidade quanto ao oferecimento obrigatório do ensino fundamental. No entanto, nos últimos anos, inclusive como resultado da mudança do financiamento da educação, através da criação do Fundef e posterior Fundeb, os Estados vêm transferindo a manutenção e custeio desta etapa do ensino básico para os municípios.

3.8.2 - O que ocorre na cidade de São Paulo é bastante ilustrativo desta transferência e suas consequências. O atendimento à demanda pelo governo do Estado vem diminuindo a cada ano. Já o número de matrículas na rede municipal cresceu, sem o devido e necessário repasse de receitas, gerando problemas graves para o atendimento universal com qualidade.

3.8.3 - Entendemos que é necessário o entendimento entre os dois governos para que sejam assegurados:

a) a universalização do atendimento às demanda no ensino fundamental gratuito, considerando a indissociabilidade entre o acesso, permanência e qualidade da educação escolar;

b) o acesso à toda a população, respeitadas a faixa etária e as necessidades especiais dos educandos;

c) adequação do ensino noturno às necessidades do alunado, por meio de compatibilização de horários, opções programáticas e metodológicas diferenciadas, acesso a todos os recursos pedagógicos da escola;

d) a organização do ensino fundamental com duração de nove anos e sua iniciação aos sete anos de idade;

e) atendimento ao ensino fundamental também pelo poder público estadual, através de ações planejadas entre os dois entes, visando a redução do número de alunos por classe/turma, evitando perdas de jornadas, emprego e remuneração para os profissionais de educação;

f) a manutenção de Salas de Apoio Pedagógico e Salas de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais, com número de professores de acordo com a demanda para superação dos problemas e dificuldades de aprendizagem e fim dos entraves burocráticos para sua implantação e funcionamento;

g) a garantia da efetiva implementação do ensino fundamental em ciclos, considerando o processo de reconstrução do conhecimento pelo educando.

3.9 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

3.9.1 - Entendemos que a educação de jovens e adultos deve atender o princípio constitucional da educação como direito e dever do Estado. Deve visar não só a eliminação do analfabetismo, mas o oferecimento de educação de qualidade para todos. Este modo de ensino deve respeitar as particularidades, necessidades e características dos indivíduos sem, no entanto, ser tratado com preconceitos ou de forma rebaixada em sua importância.

3.9.2 - A EJA é direito de todos e dever do Estado. Entendemos que reorganização das turmas em pólos dificulta o acesso dos alunos, pois seu perfil é diferenciado, já que trabalha e tem responsabilidades sociais e culturais em sua comunidade.

3.9.3 - A SME propôs uma nova forma de trabalho, mas a proposta acabou por precarizar o currículo, reduzindo a carga horária. Em seguida, retornou-se ao modelo antigo, desmobilizando os atuais estudantes e afastando possíveis interessados, com uma política que reflete o descaso e abandono dessa modalidade de ensino.

3.9.4 - PROPOMOS:

a) realização de um censo oficial da demanda da EJA;

b) realização de campanha pública de massa em jornais, rádios e televisão;

c) realização de pesquisas com a comunidade escolar, diagnosticando a qualidade da EJA;

d) estabelecer o número máximo de 25 alunos por turma e não estabelecer um mínimo para abertura de classe;

e) contra as escolas pólo, pelo direito dos estudantes estudarem próximo à sua residência;

f) estabelecer mais verbas para a EJA.

3.9.5 - A consolidação de uma política de Educação de Jovens e Adultos (EJA), concretizada na garantia de formação integral, de alfabetização e das demais etapas de escolarização ao longo da vida, inclusive para aqueles em situação de privação de liberdade, deve ser pautada pela inclusão e qualidade social, gestão e financiamento que assegure isonomia da EJA em relação às demais etapas e modalidades da educação básica.

3.9.6 - ASSIM, DEFENDEMOS:

a) o atendimento ao público, também no período noturno, para garantir a matrícula dos alunos trabalhadores;

b) prioridade ao ensino presencial regular e supletivo;

c) que as experiências populares nesta área sejam consideradas;

d) a ampliação do número de cursos de Educação de Jovens e Adultos, nas unidades escolares do ensino fundamental e médio, com currículos e modos de funcionamento adequados às necessidades da população à qual se destinam, garantindo os recursos pedagógicos, materiais e financeiros, com professores da própria unidade escolar;

e) que o Município e o Estado realizem um censo educacional visando localizar a demanda de jovens e adultos "analfabetos" e ofereçam educação para todos;

f) que a SME, em parceria com as Secretarias Municipais de Emprego, Trabalho e Renda, vincule as políticas de EJA com as de proteção contra o desemprego, geração de empregos e renda;

g) que a SME ofereça formação permanente específica aos profissionais que trabalham com essa modalidade de ensino, com o objetivo de criar um currículo próprio.

3.9.7 - ENCAMINHAMENTOS:

a) o SINPEEM deve exigir que a SME realize, anualmente, a chamada pública da EJA, utilizando todos os recursos e mídias;

b) o SINPEEM deve organizar e participar de um amplo movimento social envolvendo outras entidades sociais e sindicatos para garantir o acesso à EJA a todos os que o demandarem;

c) o SINPEEM deve exigir que os governos realizem campanhas sobre a EJA;

d) o SINPEEM deve manter sua posição e lutar contra as escolas pólós.

3.10 - EDUCAÇÃO ESPECIAL

3.10.1 - Funcionam na rede municipal as escolas de educação especial (Emees). O debate sobre a continuidade e expansão da quantidade destas unidades é antigo na rede. Temos a convicção de que a existência destas unidades atende às necessidades que não podem ser ignoradas pelos educadores nem pelo poder público, tampouco podem ser entendidas como uma recusa à educação inclusiva.

3.10.2 - Defendemos a manutenção e ampliação da quantidade de Emees existentes, ao mesmo tempo que todas as unidades da rede tenham política educacional, estrutura, logística, recursos humanos com formação adequada e necessária para o atendimento pleno aos alunos com necessidades especiais.

3.10.3 - SÃO NECESSÁRIOS:

a) ampliação da rede considerando a infraestrutura necessária a um trabalho pedagógico de qualidade, com acompanhamento especializado junto à equipe escolar, contemplando-se desde a construção física, com adaptações adequadas aos portadores de necessidades especiais, até espaços especializados de atividades artístico-culturais, esportivas, recreativas e a adequação de equipamentos e espaços específicos para trabalho de apoio aos alunos com dificuldade de aprendizagem;

b) ampliação dos projetos de atendimento às crianças com necessidades especiais, realizados nas próprias unidades, com professores capacitados para a prestação desse serviço, e garantir na unidade educacional a permanência do profissional de educação que se dispore a atender a esses projetos e a esses alunos;

c) um programa especial de formação e capacitação para os profissionais de educação, voltado para o trabalho com alunos portadores de necessidades especiais e com dificuldade de aprendizagem;

d) inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais e não apenas sua inserção, sem nenhum apoio técnico, pedagógico e material para os profissionais do ensino, com redução de alunos mediante estudo específico de acordo com os tipos e necessidades;

e) intercâmbios com outras secretarias visando o atendimento urgente aos alunos portadores de necessidades especiais;

f) criação de centros públicos estatais de apoio interdisciplinar para alunos da rede pública municipal com necessidades educacionais especiais, bem como às suas famílias e às escolas para os casos não-compatíveis com a inclusão;

g) tornar disponíveis livros didáticos escritos em braile, em caracteres ampliados para alunos deficientes visuais e para os de visão subnormal no ensino fundamental básico;

h) garantir transporte escolar com adaptações necessárias aos alunos que apresentem dificuldades de locomoção;

i) que as escolas em seus projetos pedagógicos considerem as necessidades educacionais especiais de alunos, definindo os recursos necessários e oferecendo formação em serviço aos profissionais em exercício;

j) que a SME realize um censo educacional estabelecendo um sistema de informações completo sobre a população com necessidades especiais e, a partir da localização da demanda, ofereça vaga para todos;

k) inclusão nos currículos de formação de professores disciplinas específicas para capacitação ao atendimento aos alunos especiais;

l) realização de encontros em troca de experiências

entre os profissionais habilitados em necessidades especiais e os profissionais da rede regular.

3.10.4 - ENCAMINHAMENTOS:

a) que o SINPEEM exija da SME todas as condições para que as escolas de educação especial e as demais unidades da rede possam atender aos alunos com necessidades especiais;

b) que o SINPEEM exija que seja revisto o módulo do quadro de apoio e que não sejam contados o profissionais em licença ou readaptados, pois há profissionais que não voltaram por causa de problemas de saúde e outros que não podem ficar, mesmo sendo necessário, por conta do módulo;

c) que o SINPEEM reivindique que os diretores e coordenadores que estão escolhendo nas Emees conheçam a Língua Brasileira de Sinais (Libras), que também deve ser do domínio de todos os funcionários das Emees.

3.11 - EDUCAÇÃO INCLUSIVA

3.11.1 - O SINPEEM deve apoiar todas as iniciativas que visem à disseminação de política direcionada à transformação dos sistemas educacionais em sistemas inclusivos que contemplem a diversidade com vistas à igualdade. Para isso, são necessários estrutura física, recursos materiais e humanos e apoio à formação, com qualidade social, de gestores, professores e demais profissionais de educação nas escolas públicas, tendo como princípio a igualdade de direitos e a diversidade étnico-racial, de idade, de orientação sexual e religiosa, bem como a garantia dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

3.11.2 - DEFENDEMOS:

a) a realização de processos de formação inicial e continuada dos docentes em consonância com as atuais demandas educacionais e sociais para um ambiente educacional inclusivo;

b) a garantia de que, na formação inicial e continuada, a concepção de educação inclusiva esteja sempre presente, o que pressupõe a reestruturação dos aspectos constitutivos da formação dos professores, com vistas ao exercício da docência no respeito às diferenças e no reconhecimento da valorização da diversidade, tendo como compromisso o desenvolvimento e a aprendizagem de todos os alunos, por meio de um currículo que favoreça a escolarização e estimule as transformações pedagógicas das escolas, visando à atualização de suas práticas como meio de atender às necessidades dos estudantes durante o percurso;

c) a participação da Secretária Municipais de Saúde, Educação, Esportes, Meio Ambiente e Assistência Social no desenvolvimento de programas de apoio às crianças e adolescentes com necessidades especiais;

d) a formação de equipes multidisciplinares que atendam poucas unidades escolares em cada região, prestando o atendimento necessário às crianças e aos adolescentes com necessidades especiais, e/ou em condição de risco, e às suas famílias;

e) os programas paradidáticos e profissionalizantes que ocupem maior parcela de tempo, oferecidos na rede pública de ensino;

f) a ampliação do número de aparelhos de cultura e lazer nos bairros periféricos, com bibliotecas, teatros, música, Centros Desportivos Comunitários (CDCs), casas de cultura etc.;

g) ao divulgar o ECA nas escolas municipais, garantir a construção da cidadania das crianças, dos jovens e dos adolescentes, por meio da vivência de seus direitos, garantidos pelo ECA, e da conscientização coletiva da importância da prática dos deveres contidos nas normas disciplinares, construídas nas escolas municipais;

h) programas e projetos de segurança para as escolas e implementação de políticas de inclusão social (esportes, cultura, lazer etc.) que visem ao combate à violência, prioritariamente nos bairros com maior índice de violência e tráfico de drogas;

i) aulas públicas e no espaço escolar, com pais e familiares dos alunos sobre a proteção à criança e ao adoles-

cente e a inclusão destes, quando em conflito com a lei.

3.12 - FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

3.12.1 - A vinculação de receitas orçamentárias para a manutenção e desenvolvimento do ensino é bandeira histórica do SINPEEM. Lutamos contra a mudança da Lei Orgânica do Município em 2001, que teve como consequência a redução do percentual de 30% para 25% e a apropriação de 5% anteriormente vinculados ao cumprimento dos gastos com educação, conforme determina a LDB, destinados a partir de então para programas de assistência.

3.12.2 - Os governos materializam a política de contenção de gastos. Em vez de aumentar os recursos, se utilizam de um artifício contábil para redistribuir os poucos recursos.

3.12.3 - A falácia do financiamento da educação se aprofunda ao impor o ensino fundamental aos seis anos, acabando com o terceiro estágio nas Emees e jogando as crianças de seis anos no ensino fundamental. Tal medida só se explica pelo aspecto econômico, desconsiderando-se totalmente a criança e a aprendizagem.

3.12.4 - Os discursos neoliberais afirmam que o problema não é falta de investimento e sim má gestão dos recursos existentes para este setor; afirmam também que a baixa qualidade de ensino é responsabilidade dos professores. Em 2009, foram gastos 34,13% com o pagamento de juros e, com educação, 2,20%. Com esse orçamento, a educação não será prioridade.

3.12.5 - Na Conferência Municipal de Educação de São Paulo foi aprovada uma emenda defendendo 10% do PIB em educação até 2014. Resta saber se isso será concretizado.

3.12.6 - PROPOMOS:

a) não-pagamento da dívida externa, com realização de uma auditoria;

b) apoio à CPI instalada no Congresso, que apura a origem da dívida pública interna;

c) aplicação de 15% do PIB em educação;

d) taxação do lucro líquido das grandes empresas, grandes fortunas e latifúndios;

e) desapropriação dos grandes latifúndios, quando constatada a existência de trabalho escravo e o desrespeito ao meio ambiente;

f) vinculação do percentual do PIB à educação.

3.12.7 - Lutamos pela volta dos 30%, reconhecendo que se fazem necessárias também a elaboração e a aprovação de uma reforma tributária pautada pela justiça social e o equilíbrio regional, que garanta recursos financeiros para a efetivação dos direitos sociais e distribuição de renda.

3.12.8 - Temos também posicionamento contrário à decisão do governo Lula de se apropriar de recursos da ordem de R\$ 70 bilhões que deveriam ser gastos com educação, através do instrumento da DRU.

3.12.9 - DEFENDEMOS:

a) a reforma tributária pautada pela justiça social, garantia dos direitos sociais e distribuição de renda;

b) mais verbas para a educação com o comprometimento de pelo menos 15% do PIB;

c) a desvinculação dos recursos destinados à educação de qualquer nível de contingenciamento de recursos provenientes das receitas da união;

d) imediata desvinculação da DRU para a educação e demais áreas sociais;

e) a efetivação da responsabilização administrativa e fiscal dos gestores públicos que não executem a integralidade dos recursos orçamentários destinados à educação e a perda de mandato nos termos da legislação em vigor;

f) o cumprimento dos artigos 70 (com exclusão do inciso V) e 71 da LDB, que definem quais as despesas que são consideradas ou não como despesas com educação;

g) a punição, com a perda imediata do mandato,

daquele que incluir despesas não-consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, como gastos com educação;

h) a realização de estudos anuais sobre custo/aluno/qualidade na cidade de São Paulo;

i) verba pública exclusivamente para a escola pública estatal;

j) descentralização e democratização com controle social dos recursos vinculados à educação.

3.12.10 - ENCAMINHAMENTOS:

a) o SINPEEM deve propor e participar de lutas conjuntas com outras entidades e organizações sociais pelo aumento do percentual do PIB em educação para 15%;

b) o SINPEEM deve realizar palestras e cursos sobre orçamento público.

c) contra todo tipo de privatização na educação (terceirizações, convênios, administrações indiretas, ONGs e organizações sociais), por uma campanha pública com cartazes, faixas e mobilização.

3.13 - ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO MUNICIPAL

3.13.1 - A organização, o funcionamento e o financiamento do ensino público municipal de São Paulo devem considerar os seguintes princípios que integram o programa de políticas permanentes do SINPEEM, aprovados pela categoria:

a) o ensino público estatal, gratuito e laico e de qualidade social, contra a terceirização e a privatização;

b) Sistema Municipal integrado ao Nacional de Educação;

c) a universalização da educação (infantil e ensino fundamental, médio e superior);

d) a democratização da permanência do alunado, evitando a repetência e evasão, utilizando medidas suplementares e equipes multidisciplinares intersecretariais regulares e especiais nas escolas, visando o alcance destes objetivos;

e) a educação básica como ensino obrigatório, direito subjetivo de todos os cidadãos brasileiros;

f) a educação inclusiva, com estrutura para atendimento às crianças, jovens e adultos com necessidades especiais.

3.13.4 - ENCAMINHAMENTOS:

a) exigir que a SME publique bimestralmente, por meio das DREs, o quadro de demanda das escolas e semestralmente os encaminhamentos realizados para garantir o atendimento;

b) exigir que a SME publique, anualmente, o plano de obras acompanhado pelo estudo de demanda.

3.14 - COTIDIANO DA ESCOLA E GESTÃO DEMOCRÁTICA

3.14.1 - A escola, palco privilegiado para o desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem, cumprirá seu papel tanto quanto mais intenso for o processo democrático de tomada de decisões, no exercício pleno de sua autonomia.

3.14.2 - Para que tenhamos, de fato, educação com qualidade social é preciso enfatizar a necessidade de democratizar a gestão da educação e das instituições educativas, garantindo a participação de estudantes, funcionários, pais, professores, gestores, funcionários e comunidade local na definição e realização das políticas educacionais, de modo a estabelecer o pleno funcionamento dos conselhos e órgãos colegiados de deliberação coletiva da área educacional, por meio de ampliação da sociedade civil, para todas as instituições educativas e sistemas de ensino.

3.14.3 - DEFENDEMOS:

a) a atuação prioritária da comunidade no Conselho de Escola, implementando um conselho deliberativo e democrático;

b) a criação dos Conselhos Regionais de Gestão Participativa na Educação;

c) realização de um amplo trabalho de divulgação, formação e conscientização da importância de gestão democrática envolvendo os profissionais de educação, pais e alunos;

d) a garantia de espaço físico e materiais para as reuniões e encontros dos Conselhos;

e) que as verbas da APM, originárias do MEC ou de outros órgãos governamentais, contribuições voluntárias e outros, sejam utilizadas apenas para fins votados e deliberados pelo Conselho de Escola;

f) a destinação de espaço nas unidades para a implantação e funcionamento do Grêmio Estudantil, considerada a sua importância social, política e educativa.

3.15 - ESCOLA E VIOLÊNCIA

3.15.1 - Dentre os brasileiros com 15 anos de idade ou mais, 14,4% são analfabetos. Destes, cerca de 10 milhões são negros ou pardos e apenas 9,9% das crianças das famílias de baixa renda têm acesso à creche. Da população de zero a três anos de idade, apenas 15,5% estão na educação infantil; e 47,1% dos jovens em idade adequada frequentam o ensino médio. A média de estudo do brasileiro é de 7,2 anos, sendo 3,9 anos entre os 20% mais pobres e 10,2 anos entre os 20% mais ricos. Somente 8,6% das pessoas com mais de 25 anos de idade possuem 15 anos ou mais de estudos. Destes, 78% são brancos, 16,5% são pardos e 3,3% são negros. Apenas 23,6% dos estudantes universitários estudam em estabelecimentos públicos, sendo que 54,3% pertencem ao grupo dos 20% mais ricos.

3.15.2 - Estes números, extraídos da última Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílio, realizada em 2006, revelam que o problema da educação, nos aspectos violência e indisciplina, podem estar associados com a imensa desigualdade regional, de renda e de oportunidades, fruto do injusto sistema de desenvolvimento econômico e de concentração de rendas, vigentes historicamente no país. Devemos lutar contra este modelo e adotar medidas imediatas que mitiguem suas repercussão no ambiente escolar, na forma de violência e indisciplina.

3.15.3 - DEFENDEMOS:

a) no combate a violência na escola e na sociedade a articulação entre justiça social, educação e trabalho, tendo como eixo a diversidade na implantação de políticas públicas;

b) a garantia pelo poder público à universalidade dos direitos, superando as desigualdades sociais;

c) a igualdade de gênero;

d) o combate ao racismo e a toda forma de discriminação: o racismo, a discriminação e a xenofobia agravam as condições da pobreza e violência, pois marginaliza tanto a escola como a sociedade, indivíduos, grupos e comunidades, constituindo-se em poderoso mecanismo de segregação que fortalece outras formas de discriminação, como de classe, de gênero, de opção sexual, de origem étnica, de religião etc.

e) a promoção e participação de campanhas pela paz, pelo respeito ao ambiente e à dignidade humana e pela erradicação da pobreza;

f) o afastamento e proteção imediata aos profissionais de educação sob risco de vida ou agressão nas escolas, sem perdas de direitos;

g) a criação de um núcleo, pela SME, para discutir a violência e ações para enfrentá-la no ambiente escolar.

h) pelo direito de os professores de Artes e Educação Física comporem um terço da jornada dirigida aos educandos com projetos, oficinas e participação em campeonatos e atividades afins.

3.15.4 - ENCAMINHAMENTOS:

a) realizar em conjunto com outras entidades a campanha em defesa da vida e combate à violência na escola e na sociedade;

b) organizar atos e passeatas em conjunto com outras entidades, contra a violência e pela paz.

4 - POLÍTICAS PERMANENTES

4.1 - QUESTÃO RACIAL

4.1.1 - No Brasil, a ideia de uma história em que os conflitos se harmonizam passou a fazer parte do senso comum dos brasileiros e da cultura política do país, tendo sido veiculada pelos sucessivos governos, principalmente a partir da década de 40.

4.1.2 - Incorporado por parte da maioria da população, o mito da "democracia racial" se tornou um enorme obstáculo para o embate das demandas e de questões étnico-raciais e sociais e um obstáculo para o movimento negro e outros segmentos, como movimentos indígenas, femininos e homossexuais, que têm, por particularidade, a luta por uma identidade diferenciada e reivindicações específicas.

4.1.3 - Hoje, as evidências do cotidiano são comprovadas pelas estatísticas e pesquisas conglomeradas de várias ordens, capazes de averiguar o fenômeno do racismo e da discriminação racial de toda sua complexidade e do perfil dos discriminados. Numa sociedade que não se considera racista, mas temos um país onde existe o racismo.

4.1.4 - Em pesquisa da Universidade de São Paulo (USP), 97% dos entrevistados afirmam não terem preconceitos, mas 98% disseram conhecer algumas pessoas que manifestaram algum tipo de discriminação racial.

4.1.5 - A questão é muito difícil para o último país das Américas a abolir a escravidão, em 1888. No entanto, assim como o nacionalismo é um limite, uma invenção, é preciso deixar claro que o racismo não se trata de um discurso ocasional.

4.1.6 - O fato é que não se manipula no vazio e que, apesar de muitas vezes pragmáticos, rituais, ícones e representações nacionais dificilmente se impõem de forma apenas exterior.

4.1.7 - Entender as marcas simbólicas do poder político significa perceber como é possível descobrir a intencionalidade da cultura política, além de atentar para o fortalecimento de um imaginário nacional, que buscou raízes nos ditos populares e em certa maneira particular de entender a cor e a raça.

4.1.8 - Estamos diante, portanto, de representações que, além de estarem ancoradas nas estruturas socioeconômicas mais imediatas, são partilhadas coletivamente, mesmo que reapropriadas segundo padrões nem sempre idênticos. É mais: neste processo a composição da população miscigenada sempre pareceu chamar a atenção.

4.1.9 - No contexto atual, a respeito das características do racismo nacional e da extensão que separa de uma igualdade racial, vale a pena ressaltar o grande êxito dos movimentos negro e sindical pelas vitórias acumuladas ao longo das últimas décadas.

4.1.10 - Há diversas conquistas, principalmente nas décadas de 80 e 90 do século XX, especialmente no que concerne as propostas educacionais, decisórias na transformação do agir da sociedade brasileira, que resultaram num movimento mais consistente e aguerrido. Através desta sua união foi derrotado, ao longo dos anos, o "mito da democracia racial", por exemplo.

4.1.11 - Ocorreram debates e mobilizações na mídia, produções intelectuais e foram instituídas leis como a nº 10.639/2001. Posteriormente à reformulação na Lei nº 11.645/2007, universidades, escolas e movimentos sociais passaram a buscar alternativas e novas propostas pedagógicas. Também impulsionaram o debate no âmbito nacional e dirimiram respostas para melhor obter sucesso na elaboração de material didático que contemplem os diversos grupos étnicos brasileiros.

4.1.12 - No entanto, não se deve omitir que a história da Pedagogia e suas práticas nunca contemplaram os afrodescendentes no Brasil. Na elaboração dos diversos materiais com conteúdos que não apreciam as contribuições e propostas, a formação de uma educação crítica realizada por educadores discordantes da educação privilegiada aos valores eurocêntricos. Mentes infectadas por mentiras eurocêntricas, embasadas nos racionalismos e cartesianismos que apregoam nas formações acadêmicas a incapacidade dos não-europeus e ensinam a desvalorização do saber surgido na Grécia e desenvolvido no mundo ocidental.

4.1.13 - A pedagogia eurocêntrica é inserida a todo o momento através da comunicação, especialmente do poder televisivo. A mídia se tornou o grande caminho da desconstrução das diversas tradições da oralidade ainda existentes e paradoxalmente de formação que invade os neurônios e afirma o projeto mistificador de uma pedagogia inclusiva de direito a todos, através de programas beneficentes de leis como cotas, retirando a palavra reparações da escravidão.

4.1.14 - A ideia de diversidade cultural, pluriétnica e multifacetada demonstra etimologicamente que a maioria da população afrodescendente está fora do poder real. No entanto, apostamos na educação como o melhor caminho para a inserção de transformações imediatas que ampliem os horizontes na construção de um projeto político-libertador dos descendentes de africanos no Brasil.

4.1.15 - DEFENDEMOS:

- a) a implantação de modelo de gestão pública de promoção da igualdade racial;
- b) qualificações de servidores e gestores públicos representantes de órgãos municipais;
- c) construção do mapa da cidadania da população negra;
- d) identificação do IDH da população negra;
- e) realização de censo dos servidores públicos negros;
- f) projetos de saúde para a população negra;
- g) projetos de apoio à juventude;
- h) implementação da política de transversalidade nos programas do governo municipal;
- i) implementação da Lei nº 10.639/2003, que dispõe sobre a capacitação dos professores e aprimoramento dos currículos;
- j) adoção de estratégias que garantam a produção de conhecimento;
- k) divulgar aos servidores públicos e alunos municipais a conhecerem os direitos humanos;
- l) incentivar a adoção de programas de diversidade racial;
- m) assegurar espaços culturais, como o Museu de História da África no município de São Paulo.

4.2 - QUESTÃO DE GÊNERO

4.2.1 - A luta da mulher pelo espaço a que tem direito

4.2.1.1 - As relações entre homens e mulheres ao longo do desenvolvimento da presença humana na Terra foram marcadas por desigualdade e opressão das mulheres.

4.2.1.2 - De uma perspectiva histórica, os últimos cem anos têm configurado uma verdadeira revolução no tocante a crescente presença das mulheres em todas as instâncias da vida pública. No processo de ampliação da experiência democrática, o importante é articular as demandas e lutas por temas que unam mulheres e homens na continuidade histórica de responsabilidades humanas e sociais.

4.2.1.3 - O tratamento que se dá à questão de gênero é uma forma de enfatizar a dimensão social e, portanto, histórica e cultural, das concepções cristalizadas relativas às desigualdades entre os gêneros feminino e masculino.

4.2.1.4 - No Brasil, nossa formação sociocultural presidiu a integração de nosso território. A população brasileira, com base nos dados do último censo demográfico e nas pesquisas intercensitárias, tais como o Pnad, é majoritariamente formada por mulheres, distribuídas, igualmente, em todos os níveis socioeconômicos presentes e, também, igualmente por todo o território nacional, ou seja, não existem regiões com predomínio numérico populacional do sexo masculino.

4.2.1.5 - Ainda que a população do Brasil se localize majoritariamente nas áreas urbanas, também a distri-

buição espacial das mulheres não ocorre de maneira igual. O que se destaca é a concentração de populações de baixa renda nas áreas mais afastadas do centro, ocorrendo, especialmente em ambientes não-adequados ao assentamento humano. As questões relativas à organização familiar e mesmo à fertilidade têm profunda conotação socioeconômica e, como consequência, possuem localização físico-territorial precisa.

4.2.1.6 - Pode-se, assim, visualizar duas situações no âmbito das questões relativas à vulnerabilidade da mulher. Uma, ligada ao gênero feminino, focaliza a violência doméstica e a violência urbana. A outra, sobre a vulnerabilidade socioeconômica, diz respeito à mulher no sentido da organização da família. As mulheres são responsáveis por 58% delas. Daí a importância de sua condição educacional, sua habilidade no trabalho e seus resultados materiais, a habitação e os equipamentos urbanos necessários à sua sobrevivência como elemento estratégico de justiça social e de uma sociedade mais igualitária.

4.2.1.7 - Por isso, uma das prioridades na promoção da cidadania precisa ser a igualdade de gênero, a ser defendida por meio de uma Lei da Paridade, em que a mulher tenha efetivamente os mesmos direitos. É necessário ainda reformar o Código do Trabalho para dar condições de conciliação entre vida familiar e vida profissional.

4.2.1.8 - Enfrentar estas assimetrias de gênero não constitui apenas um valor em si mesmo, mas igualmente um forte papel na redução de nossas históricas desigualdades.

4.2.1.9 - As diferenças de gênero são transformadas em desigualdades sociais. Através da violência social, o assédio moral, sexual, no trabalho, nos ambientes escolares e, fundamentalmente, nas próprias residências, onde se encontram os maiores índices de violência. A cultura do machismo tem permeado por todas as classes sociais, sem distinção.

4.2.1.10 - As mulheres como principais vítimas da pobreza, dos mais baixos salários asseguram os maiores índices de violência gerada por esta resistência do mundo competitivo de forma arbitrária. Sem dúvida, essa realidade arremessa as mulheres a um cotidiano enraizado em distorções socioeconômicas, que compatibilizam com as esferas da humilhação e indignação.

4.2.1.11 – PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTOS:

- a) adotar políticas públicas específicas em favor das mulheres;
- b) garantir no ensino público da valorização da educação, com ênfase em gênero;
- c) promover a construção de um currículo com diretrizes que contemplem a questão de gênero;
- d) promover políticas de combate à discriminação de gênero, à lesbofobia e à homofobia;
- e) combater a exploração sexual infanto-juvenil;
- f) combater o tráfico de mulheres.

4.3 - QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL

4.3.1 - Nas décadas recentes, a relação entre a sociedade e o meio ambiente vem despertando preocupação e crescente interesse com a questão socioambiental.

4.3.2 - A questão ambiental do planeta define, justamente, o conjunto das contradições resultantes das interações internas dos sistemas socioeconômicos e políticos, pautados pelo modelo de produção.

4.3.3 - São circunstâncias marcadas pelo conflito, esgotamento e destrutividade que se expressam: nos limites materiais ao crescimento econômico exponencial, na expansão urbana e demográfica; na disposição ao esgotamento de recursos naturais e energéticos não-renováveis; no crescimento acentuado das desigualdades socioeconômicas nacionais e internacionais, que alimentam e tornam crônicos os processos de exclusão social, no avanço do desemprego estrutural, na perda da biodiversidade e na contaminação crescente dos ecossistemas terrestres, entre outros. São fatos que afetam a qualidade e continuidade da vida humana no planeta.

4.3.4 - No entanto, a questão ambiental desvenda o

retrato de uma crise pluridimensional, que aponta para a exaustão de um determinado modelo econômico na sociedade. Ao longo sistema capitalista, desajustado e desproporcional, tem criado mais problemas do que soluções, num contexto agravado por práticas de interesses pautados no caráter individual, na má-fé e na cobiça.

4.3.5 - Além disso, numa sociedade industrial podemos potencializar a destruição e o término dos recursos naturais que trazem à tona a fragilidade e a prosperidade do complexo vital civilizatório, despertando novos sentidos e oportunidades de vida e mudança.

4.3.6 - Os problemas significativos expressam um conjunto de contradições entre o modelo dominante de desenvolvimento econômico-industrial e a realidade socioambiental. Estas contradições, geradas pelo desenvolvimento técnico-científico e pela exploração econômica, se desvendam na degradação do ecossistema, levando, inclusive, ameaças à continuidade da vida.

4.3.7 - Os atributos deste processo podem ser observados nas várias faces das crises social e ambiental e têm gerado relações sociais em escala mundial, despertando a formação de uma consciência em torno das questões ambientais.

4.3.8 - Embora de formas diferenciadas, a consciência ecológica cresceu e, gradualmente, foi se materializando no seio da opinião pública, nos movimentos sociais, nos meios científicos, nas agências e políticas públicas, nos veículos de comunicação social, nos organismos e bancos internacionais, nas organizações não-governamentais, entre outros.

4.3.9 - Deste modo, há uma preocupação temática com a ecologia política. A questão demográfica, a relação entre a desigualdade social e a degradação ambiental, a questão ética, as relações norte-sul e a busca de um novo modelo econômico não fazem parte da agenda das grandes potências.

4.3.10 - As recomendações, como da Conferência de Estocolmo e o Protocolo de Kyoto, que constituem tratados internacionais, com compromissos rígidos para a redução da emissão de gases que provocam o efeito estufa, são atitudes que devem ser adotadas para buscar mudanças. São atitudes e comportamentos políticos para soluções ambientais.

4.3.11 - Contudo, emergem critérios orientadores para o desenvolvimento da educação ambiental, que comportam uma ação libertadora da opressão atual. Neste sentido, enfatizados os aspectos técnicos e biológicos, se propõe o debate sobre a relação entre a educação e a questão ambiental, por meio de concepções políticas e éticas, subjacentes na formação e na ação dos indivíduos e grupos envolvidos com a realidade socioambiental.

4.3.12 - Com a necessidade de promover mudanças efetivas que garantam e promovam a qualidade de vida e combatam as ameaças que agridem o meio ambiente, o SINPEEM defende a estrutura e o conteúdo dos 40 capítulos da "Agenda 21" e o conjunto de princípios da "Carta Terra", de valores fundamentais.

**MANDE E-MAIL E
TIRE SUAS DÚVIDAS**

atendimento@sinpeem.com.br

**Legislação, informações
sobre a vida funcional dos
profissionais de educação
e aposentadoria.**

SINPEEM Park Hotel

Localizado na cidade de Ibiúna (SP), a 90 quilômetros da Capital, o SINPEEM Park Hotel é um complexo de lazer à disposição dos associados ao sindicato, seus dependentes e convidados.

Ideal para quem aprecia a tranquilidade do campo. No local, os visitantes usufruem de total infraestrutura, com piscinas (inclusive uma aquecida), quadra poliesportiva, campo de futebol, salão de jogos, quiosque com churrasqueira, além de poder fazer passeios de barco e a cavalo.

Fique atento às publicações do SINPEEM, pois em breve divulgaremos a programação completa para 2010.



Fernando Cardozo

Colônia

3329-4521

colonia.lazer@sinpeem.com.br

Conheça o twitter oficial do SINPEEM

O SINPEEM criou uma página oficial do sindicato no twitter, na qual os nossos associados têm informações verossímeis da categoria.

Seja um dos nossos seguidores.

www.twitter.com/sinpeem_oficial

EXCURSÕES

DEZEMBRO 2009

DE 22/12 A 26 /12

NATAL EM CURITIBA (PR) – Valor: 10 x R\$ 98,00

DE 27/12 A 02/01/2010

REVEILLON – FLORIANÓPOLIS (SC) – Valor: 10 x R\$ 194,00
REVEILLON – RIO DE JANEIRO (RJ) – Valor: 10 x R\$ 250,00

JANEIRO 2010

DE 03/01 A 10/01

SERRA GAÚCHA (RS) – Valor: 10 x R\$ 129,00
SALVADOR (BA) – Valor: 10 x R\$ 250,00

DE 04/01 A 09/01

FOZ DO IGUAÇU (PR) – Valor: 10 x R\$ 89,00

DE 09/01 A 14/01

CALDAS NOVAS (GO) – Valor: 10 x R\$ 89,00

DE 10/01 A 17/01

ARACAJU (SE) – Valor: 10 x R\$ 260,00

DE 11/01 A 16/01

FLORIANÓPOLIS (SC) – 10 x R\$ 86,00

DE 12/01 A 17/01

CABO FRIO (RJ) – Valor: 10 x R\$ 109,00

DE 13/01 A 18/01

CIDADES HISTÓRICAS MINEIRAS (MG) – Valor: 10 x R\$ 96,00

DE 15/01 A 20/01

VALE DO CAFÉ (RJ) – 10 x R\$ 86,00

DE 17/01 A 21/01

POÇOS DE CALDAS (MG) – Valor: 10 x R\$ 78,00

DE 17/01 A 24/01

NATAL (RN) – Valor: 10 x R\$ 280,00

DE 20/01 A 25/01

FOZ DO IGUAÇU (PR) – Valor: 10 x R\$ 89,00

DE 21/01 A 27/01

VITÓRIA (ES) – Valor: 10 x R\$ 108,00

DE 22/01 A 29/01

BONITO – Valor: 10 x R\$ 124,00

DE 25/01 A 30/01

TERMAS DO RIO PRETO (SP) – Valor: 10 x R\$ 108,00

FEVEREIRO 2010

DE 13/02 A 16/02

CARNAVAL: CAMINHOS DE PORTINARI (SP) – Valor: 10 x R\$ 88,00

CARNAVAL: CANANÉIA (SP) ILHA DO CARDOSO,
CAVERNA DO DIABO E ILHA COMPRIDA – Valor: 10 x R\$ 69,00

DE 13/02 A 20/02

COLÔMBIA – Valor: 10 x US\$ 226,00

OBSERVAÇÕES: os valores estão sujeitos a alteração;
· se não se interessar por nenhuma das opções publicadas, viajando por operadoras como CVC, TAM e MGM você terá desconto 6,5% a prazo ou 10% à vista.

AS INSCRIÇÕES SÃO FEITAS POR ORDEM DE CHEGADA, PESSOALMENTE, NA RUA MARQUÊS DE ITU, 88 - SALA 03 - METRÔ REPÚBLICA SAÍDA CAETANO DE CAMPOS- FONE/FAX: 3221-3346

Para uso dos correios	
<input type="checkbox"/> Mudou-se	<input type="checkbox"/> Falecido
<input type="checkbox"/> Desconhecido	<input type="checkbox"/> Ausente
<input type="checkbox"/> Recusado	<input type="checkbox"/> Não Procurado
<input type="checkbox"/> Endereço insuficiente	
<input type="checkbox"/> Não Existe o Número Indicado	
<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/> Informação escrita pelo porteiro ou síndico.	
Retirado do Serviço Postal em: / /	
Em: / /	Responsável:

DESTINATÁRIO

Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo
Av. Santos Dumont, 596 - Ponte Pequena - CEP 01101-080
São Paulo - SP - Fone 3329-4500 - e-mail: sinpeem@sinpeem.com.br

IMPRESSO ESPECIAL

6734/01 DR/SPM

SINPEEM

CORREIOS

